



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

CRITÉRIOS PÚBLICOS E SOCIAIS VERSUS  
CRITÉRIOS DE MERCADO NA AVALIAÇÃO DO MEIO-AMBIENTE

Davi José Nardy Antunes

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Instituto de Economia da UNICAMP  
para obtenção do título de Mestre em  
Ciências Econômicas, sob a orientação  
do Prof. Dr. Waldir José de Quadros.

*Este exemplar corresponde ao original da  
dissertação defendida por Davi José  
Nardy Antunes em 20/02/2001 e orientada  
pelo Prof. Dr. Waldir José de Quadros.*

CPG, 20/02/2001

Campinas, 2001

5845100



UNIDADE BC  
L. CHAMADA: T/UNICAMP  
Ano 89c  
V. Ex.  
TOMBO BC/ 45437  
PROC. 16/392/01  
C  D   
PREC. 11,00  
DATA 28/07/2001  
N.º CPD

CM00157720-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

An89c Antunes, Davi José Nardy  
Critérios públicos e sociais versus critérios de mercado na  
avaliação ambiental/ Davi José Nardy Antunes. – Campinas, SP:  
[s.n.], 2001.

Orientador: Waldir José de Quadros  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Economia.

1. Capitalismo. 2. Meio ambiente. 3. Projetos – Avaliação. 4.  
Economia – Teoria. I. Quadros, Waldir José de. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

## Agradecimentos

Antes de mais nada, não posso deixar de agradecer ao meu orientador, o professor Waldir José de Quadros, sempre foi fonte de disposição, clareza, direção e sabedoria. A liberdade propiciada a mim na elaboração do texto e a oportunidade de unir temas tão interessantes e profícuos academicamente são daquelas coisas que o dinheiro não pode comprar.

Aos participantes da banca, tanto de qualificação como da dissertação, agradeço pela ajuda inestimável no apuramento das reflexões e do texto como um todo. Suas críticas foram tão ou mais importantes que os elogios.

Como não poderia deixar ser, tenho que agradecer às pessoas que, tal como num time de futebol, jogam para o time, ou melhor, carregam o piano: os grandes funcionários deste Instituto de todos os níveis, das faxineiras às tias da biblioteca, dos zeladores ao pessoal da secretaria acadêmica. Não vou citá-los para evitar esquecimentos injustos, mas aqui fica o reconhecimento de alguém sempre se sentiu em casa com tão boa companhia.

Os amigos também merecem grande reconhecimento. As discussões sobre o mundo, a vida, o ser, o tempo, foram fonte de enorme evolução intelectual e pessoal. As baladas, a casa e as dificuldades também.

Um agradecimento especial, como não poderia deixar de ser, aos que tiveram a paciência de ler este trabalho. Corival, pelas críticas ao conteúdo e Cecília, pela correção do vernáculo. Juciara, pelos dois e por tudo o mais...

Para terminar, *last but not the least*, minha mãe. Mamacita, por acreditar em mim, pelo carinho, amor, compreensão, dinheiro, alegria e, mais que tudo, por essa enorme força interior na qual sempre me espelho. Como já disse anteriormente, se sou o que sou, a culpa é sua (menos pelos defeitos).

A meu Pai, Agrário Antunes  
*(In Memoriam)*

"Os economistas da Escola do *Laissez-faire* pretenderam abolir o problema moral demonstrando que a busca do auto-interesse por cada indivíduo resulta no benefício de todos. A tarefa da geração atualmente em revolta é reafirmar a autoridade da moralidade sobre a tecnologia; a missão dos cientistas sociais é auxiliá-la a ver quão necessária e difícil essa tarefa vai ser."

Joan Robinson  
Freedom and Necessity

# Índice

<b><u>Introdução</u></b>	<b>1</b>
<b><u>Capítulo 1</u></b>	<b>2</b>
1.1 Introdução	2
1.2 A Valoração Monetária Ambiental	4
1.3 Críticas aos Pressupostos da Construção Neoclássica do Meio Ambiente	7
1.4 A Questão da Ideologia na Ciência Econômica	19
1.5 Outras Fundamentações Teóricas contra a Valoração Monetária Ambiental	21
<b><u>Capítulo 2</u></b>	<b>24</b>
2.1 Introdução	24
2.2 As Fontes Morais e o Avanço do Capitalismo	24
2.3 Os Impactos sobre o Indivíduo	36
2.4 Capitalismo, Teoria Econômica e Utilitarismo	41
2.4.1 Teoria Econômica e Geopolítica	51
<b><u>Capítulo 3</u></b>	<b>53</b>
3.1 Introdução	53
3.2 As Políticas de Comando & Controle	55
3.3 Um Esboço de Alternativa	57
3.3.1 A Necessidade da Ótica Pública	58
3.3.2 A Respeito da Avaliação Econômica	60
3.3.3 O Mecanismo de Funcionamento	65
3.3.4 Os Impactos Sociais	70
3.3.5 Os Impactos nas Finanças Públicas	72
3.3.6 Mensuração da Capacidade de Suporte Econômico às Providências Físico-Naturais e Sociais	73
3.3.7 Avaliação Geral do Projeto	75
<b><u>Conclusões</u></b>	<b>76</b>
<b><u>Bibliografia</u></b>	<b>80</b>

## Introdução

Esta dissertação de mestrado busca discutir o tratamento adequado às questões ambientais que envolvem, atualmente, alguma forma de valoração monetária. Argumenta-se aqui que tal proposição – dar preço ao meio biofísico – é discutível e fonte de enormes problemas que, em geral, não estão explicitados. As propostas neoclássicas primam pelo rigor e beleza de suas construções. Mas os supostos que lhe servem de alicerces nem sempre se caracterizam pela mesma forma, sendo muito frágeis frente a uma análise mais profunda.

Procura-se mostrar os principais problemas desta interpretação, principalmente no que se refere a um de seus fundamentos centrais, qual seja, o utilitarismo. O seu avanço sobre as outras fontes morais, *pari passu*, com o avanço do capitalismo é de suma importância para entender como a mercantilização das diversas esferas da vida humana destrói a sociedade e o meio ambiente. Elucidando-se o potencial destrutivo do capitalismo e das teorias que lhe dão apoio, busca-se formular uma alternativa que evite a destruição do meio ambiente e que permita um desenvolvimento menos predador da natureza.

Dessa forma, este trabalho se divide em 5 partes, a saber: esta introdução, 3 capítulos e as conclusões. O capítulo 1 trata dos problemas da teoria neoclássica no que se refere à sua construção, mais especificamente, aos seus pressupostos. No capítulo 2, se discutirá o potencial destrutivo do capitalismo e como a teoria neoclássica o auxilia, passando pela discussão das bases morais que o sustentam. A elaboração de uma alternativa à valoração ambiental se situa no capítulo 3. E as conclusões fecham esta dissertação.

# Capítulo 1

*“O Senhor Ga havia sido tão assíduo, tão dócil e fiel paciente do Dr. Terapêutica que agora era somente um pé. Extirpados sucessivamente os dentes, as amígdalas, o estômago, um rim, um pulmão, o baço, o esôfago, agora chegava o “valet” do Sr. Ga, que o mandara chamar. O Dr. Terapêutica examinou detidamente o pé e, meneando a cabeça com modo grave, resolveu: - Existe demasiado pé, com razão se sente mal: indicarei o corte necessário a um cirurgião.”*

*(Macedonio Fernandez)*

## **1.1 Introdução**

Nas últimas décadas, o interesse pelas questões ambientais tem se ampliado consideravelmente. Isto ocorreu, sem sombra de dúvida, pelo avanço da devastação ambiental que passou a afetar crescentemente a população dos países centrais do capitalismo. O buraco na camada de ozônio, os canceres de pele, o lixo a entupir as cidades, os rios mortos, o fim de florestas, as chuvas ácidas, enfim, uma enorme gama de problemas passou a ser vista como resultado da ação inconsequente do homem. A partir de então, o mundo desenvolvido percebe que tem um grande e inimaginado desafio pela frente à procura de soluções.

É daí que surgem as proposições de cunho neoclássico<sup>1</sup>. Na condição de pensamento econômico hegemônico, era necessário que soluções fossem dadas, já que a abrangência de uma teoria não pode ser posta em dúvida. Suas propostas buscam, como sempre, sustentar a supremacia do mercado – *deus ex-machina*, cerne

---

<sup>1</sup> A base das abordagens neoclássicas dos *inputs* e dos *outputs* é anterior a este período e teve como ponto de partida os trabalhos de Hotelling e Pigou, respectivamente. A este respeito ver AMAZONAS (1994) e PEARCE & TURNER (1990).

da teoria neoclássica – o que, na área ambiental, impõe a valoração do meio ambiente, já que faz-se necessário um valor monetário para que se possa efetuar a alocação de recursos, que supostamente preservaria o meio biofísico – seu uso estaria sendo contabilizado adequadamente nos cálculos econômicos dos agentes.

Mas suas proposições têm deixado muito a desejar no que se refere à multiplicidade de fatores envolvidos. A ênfase exagerada nos mecanismos mercantis como solução para os complexos problemas ambientais vem sendo cada vez mais questionada pelos profissionais de outras áreas envolvidos na questão. Vai se tornando consenso, também entre os economistas ecológicos, que o instrumental neoclássico é estreito e incapaz de lidar com as múltiplas faces com que o problema se apresenta. Desta feita, é preciso procurar por alternativas que possibilitem um melhor tratamento da complexidade envolvida.

A despeito dos muitos problemas da teoria neoclássica, a valoração ambiental é uma fonte significativa de dificuldades e problemas: tanto a possibilidade efetivamente prática de realizá-la quanto a sua fundamentação teórica possuem problemas intransponíveis e hipóteses de validade, no mínimo, discutíveis. Dessa forma, a valoração ambiental deve ser melhor discutida afim de se aclarar estas dificuldades, que passam, principalmente, pela simulação de mercados, pelo desinteresse na sustentabilidade dos ecossistemas e pela defesa de conceitos distorcidos de sociedade e racionalidade.

É preciso ainda que se veja a valoração ambiental de uma perspectiva mais dilatada, num plano mais elevado de abstração, para se perceber o movimento maior em que ela se insere, qual seja: o capitalismo e sua lógica mercantil penetrando, submetendo e reorganizando as diversas esferas da vida humana. A partir destas constatações se tornará patente a inadequação do referencial ortodoxo para lidar com tal tema. A valoração se coloca neste processo como forma de incluir o meio biofísico no processo de valorização. Queira ou não, a lógica

subjacente à teoria neoclássica é a da crescente mercantilização: não há como negar que ela serve de justificativa a tal processo. Portanto, compreender tal visão é importante para que se possa criticá-la nos seus determinantes mais profundos, reafirmando a necessidade de se avaliar o meio ambiente em outros termos que considerariam a questão multidisciplinarmente, sem mitificações.

## ***1.2 A Valoração Monetária Ambiental***

Antes de mais nada, deve-se entender primeiro o que vem a ser a valoração monetária para ver o que é que está errado nela e, a partir daí, pensar-se em alternativas. A questão da valoração ambiental em sua forma neoclássica padrão é apresentada por, entre outros, PEARCE & TURNER (1990). A questão de qual é o formato padrão da teoria neoclássica sobre o meio ambiente é muito complicada, pois há muitos matizes a serem considerados. Nesse sentido a posição de LESSA (1998), ao realizar questionamentos semelhantes, é das mais interessantes:

“a escolha de linha de ‘ciência oficial’ como princípio organizador de nossa tentativa de apreciação não estabelece, entretanto, um corpo central claro e rigidamente perfilado. Na verdade, beneficiada pelos ouropéis, a ‘ciência oficial’ é dilacerada pela dúvida. (...) A Academia é uma nave cobiçada e seus tripulantes são fortemente competitivos: nenhum sistema é homogêneo, seus grupos dominantes são diferenciados, gerando modulações de conteúdo na ‘ciência oficial’. Como a história não se detém, as realidades e exigências do sistema impõem revisões periódicas no corpo científico oficial” (p. 20).

Considerando-se isto, vai ser utilizada aqui a versão mais difundida atualmente<sup>2</sup>.

No caso da inexistência de mercados organizados<sup>3</sup>, é preciso que os valores monetários do meio ambiente sejam determinados de alguma forma, já que o

---

<sup>2</sup> Ela poder ser vista também em AGUERO (1994), AGUERO & XIMENA FLORES (1996) e MOTTA(1998).

problema ambiental aparece exatamente porque o custo da degradação ou exploração não é corretamente apreendido pelos agentes. Isto ocorre porque a natureza é um bem público e a ação de um agente econômico sobre ela gera externalidades aos outros. Ao se desgastar um recurso, por exemplo, poluindo um rio, uma unidade econômica está atingindo outra(s) sem que este custo esteja sendo adequadamente mensurado. Então, é preciso que esta falha de mercado seja sanada.

Uma abordagem, calcada em COASE (1960), coloca como solução a privatização da natureza pois, estando os direitos de propriedade claramente definidos<sup>3</sup>, a interação via mercado levará a uma solução ótima apropriada. O que esta visão ignora, e que é percebido por AMAZONAS (1994), é que a privatização dos direitos sobre a natureza não soluciona o problema pois a natureza é um bem inevitavelmente público. Portanto, a sua privatização será uma distorção grosseira em que só os agentes efetivamente detentores de direitos sobre ela poderão decidir o destino de algo que pertence a todos. Mesmo em termos neoclássicos isto soa desafinado: como pode haver uma alocação correta dos recursos se há agentes direta e/ou indiretamente afetados por externalidades ambientais e os mesmos não participam do processo decisório sobre a alocação?

Há também outras formas de solucionar o problema, na visão da ciência econômica dominante, só que todas passam por algum tipo de simulação de como seria o mercado para determinado ativo, de acordo com as diversas técnicas existentes. Para ilustrar tais procedimentos, pode-se ater à valoração contingente.

---

<sup>3</sup> O que aqui acaba por ser a regra.

<sup>4</sup> Outra suposição necessária é que os custos de transação sejam inexistentes.

Ela é o ferramental em que as questões mais prementes para este trabalho aparecem com maior intensidade e sua utilização tem se difundido rapidamente<sup>5</sup>.

Na inexistência de um mercado para determinado recurso ambiental, a valoração contingente busca dar-lhe um preço através da determinação de quanto as pessoas, de alguma forma envolvidas, estão interessadas em pagar pelo mesmo<sup>6</sup>.

“A tarefa de valorar economicamente um recurso ambiental consiste em determinar quanto melhor ou pior estará o bem-estar das pessoas devido a mudanças na quantidade de bens e serviços ambientais, seja na apropriação por uso ou não” (MOTTA, 1998, p. 26).

Isto é feito via pesquisa sobre a disposição a pagar<sup>7</sup> – ou aceitar<sup>8</sup> – dos diversos grupos, sendo que lhes são fornecidas informações relevantes para o melhor entendimento dos problemas e das soluções ocasionados por uma ou outra decisão. Da agregação dos questionários da pesquisa de campo se obtém o valor que as pessoas atribuem ao dito bem ambiental<sup>9</sup>. Este método é considerado ideal

---

<sup>5</sup> As outras metodologias de valoração neoclássica, também tem problemas graves e suposições heróicas a respeito da natureza e da economia.

<sup>6</sup> “The contingent valuation method (CVM) uses a direct approach – it basically asks people what they are willing to pay for a benefit, and/or what they are willing to receive by way of compensation to tolerate a cost. This process of ‘asking’ may be either through a direct questionnaire/survey, or by experimental techniques in which subjects respond to various stimuli in ‘laboratory’ conditions. (...) Respondents say that they would be willing to pay or willing to accept if a market existed for the good in question. A contingent market is taken to include not just the good itself (an improved view, better water quality, etc.), but also the institutional context in which it would be provided, and the way in which it would be financed” (PEARCE & TURNER, 1990, p.148).

<sup>7</sup> O pagamento se daria através de: taxas, tarifas e/ou impostos novos ou mais elevados; cobrança direta pelo uso ou doações para ONGs (organizações não-governamentais).

<sup>8</sup> A referida aceitação seria o recebimento, por parte dos indivíduos, de subsídios, compensações financeiras, melhorias ou reposição de alguma espécie.

<sup>9</sup> “Utilizando funções de demanda, esses métodos permitem captar as medidas de disposição a pagar (ou aceitar) dos indivíduos relativas às variações de disponibilidade do recurso ambiental. Com base nestas medidas, estimam-se as variações do nível de bem-estar pelo excesso de satisfação que o consumidor obtém quando paga um preço (ou nada paga) pelo recurso abaixo do que estaria disposto a pagar. Estas variações são chamadas de variações do excedente do consumidor diante das variações de disponibilidade do recurso ambiental” (MOTTA, 1998, p.28).

se os indivíduos envolvidos apreendem claramente o problema e “revelam” suas disposições a pagar (MOTTA, 1998, p. 44). Ela tem como atrativos o fato de que, em muitos casos, é tida como a “única” técnica disponível e que ela pode ser aplicada a praticamente qualquer situação. Mas isto suscita uma questão: seria esta uma forma minimamente adequada à atribuição de um preço à parte da natureza em questão? Aliás, é cabível dar preço à natureza?

### ***1.3 Críticas aos Pressupostos da Construção Neoclássica do Meio Ambiente***

Deve-se agora analisar algumas questões de vulto envolvidas aqui<sup>10</sup>. A valoração contingente – ponto pacífico – é uma simulação de mercado. Apesar de ser bem mais sofisticada que uma matriz de insumo-produto à la Leontieff, é uma forma de se simular, o que é aceito até por PEARCE & TURNER (1990) e MOTTA (1998). Ora, isto é um contra-senso teórico: como uma teoria pode considerar a simulação de mercado um erro terrível, no que se refere aos países de socialismo real, e pouco tempo depois propor coisa semelhante para o meio ambiente? Este era um dos pontos centrais das críticas feitas pela teoria ortodoxa às economias socialistas, sendo que tal proposição vai ao encontro a um dos pilares da teoria neoclássica tradicional<sup>11</sup>: a revelação das preferências. É preciso que os agentes realmente efetivem suas escolhas para que se possa saber quais são suas preferências. Não há, **teoricamente**, outra forma de se apreendê-las. Hayek e von

---

<sup>10</sup> Os diversos problemas estatísticos de vício são reconhecidos pelos autores em geral e são menores frente aos que serão elencados.

<sup>11</sup> Reafirmando posição já explicitada aqui, vai-se tratar da economia neoclássica em sua forma tradicional, já que os diversos matizes que surgem atualmente são tentativas desesperadas de superar suas deficiências estruturais que terminam por refutar seus alicerces ou, no máximo, dão um novo verniz à velha teoria. “É bem verdade que neste caso, a inovação é apenas um neologismo. Nada temos contra renovações vernaculares, pois reconhecemos a necessidade destas ‘revitalizações’ para velhas imagens” (LESSA, 1998, p. 42).

Mises já diriam que a simulação de mercado não é possível pois não existem as informações necessárias para se determinar o preço, só o funcionamento livre do mercado pode determinar o preço verdadeiro<sup>12</sup> (SHLEIFER & VISHNY, 1994).

Sem falar no fato que tal prescrição abre um precedente para o típico re-cituário adotado pelos seus defensores, já que surge espaço para uma linha de argumentação favorável ao planejamento econômico. Motta diria que “busca-se simular cenários, cujas características estejam o mais próximo possível das existentes no mundo real, de modo que as preferências reveladas nas pesquisas reflitam decisões que os agentes tomariam de fato caso existisse um mercado para o bem ambiental descrito no cenário hipotético” (MOTTA, 1998, p. 43)<sup>13</sup>. A citação por si só já é um amontoado de imprecisões e suposições de difícil verificação. Mas, considerando que a simulação reproduza o mercado, ainda que imperfeitamente mas com acuidade, seria possível simular o mercado de outros bens, com o intuito de melhorar o bem-estar das pessoas, via planejamento econômico. Passa-se a ter uma fundamentação teórica para a atuação estatal se tornar crescente, com o objetivo de promover o bem comum.

Outra crítica a esta posição neoclássica é que se obteria uma solução ótima sem levar em conta fatores ambientais: em tese, determinado ecossistema poderia ser totalmente destruído porque as pessoas envolvidas não têm nenhuma, ou quase nenhuma, disposição a pagar. “(...) As teorias da economia dos recursos naturais e da economia do meio ambiente ‘podem classificar como ótimos de Pareto arranjos de uso de recursos que são ecologicamente insustentáveis’”

---

<sup>12</sup> A questão aqui é que a abordagem teórica da valoração monetária advém da percepção das falhas de mercado: a não-existência de um determinado mercado é uma falha que impede o funcionamento perfeito do sistema. As possibilidades abertas por esta tipo de interpretação são significativas mas isto é uma heterodoxia que impõe mudanças importantes no arcabouço, que não devem ser discutidas aqui.

(EIKINS, 1994, p. 16, apud CAVALCANTI, 1999, p. 73). Ora, há três equívocos de origem nesse ponto: primeiro, como já foi dito, a solução do problema não leva em consideração, **de forma alguma**, o ambiente pois é uma decisão formulada apenas com base nas disponibilidades monetárias das pessoas. Não importa se isto degrada ou acaba com determinado ecossistema, a não ser que, tal como a mão invisível de Smith, as decisões a respeito de restrições orçamentárias individuais levem a um ótimo ambiental, sabe-se lá como. A ponte entre um determinado ótimo econômico, advindo do funcionamento do mercado, e um ambiente limpo e preservado não é demonstrada a contento. Aliás, de forma alguma, pois não se mostra como a preservação e/ou limpeza de um ambiente poderia surgir de decisões individuais a respeito de suas respectivas restrições orçamentárias. Aceita-se, implicitamente, que os indivíduos são capazes de, em suas decisões alocativas, saberem o quanto é necessário para preservar o meio biofísico. Isso é uma temeridade já que, em se tratando de meio-ambiente, prudência deve ser a palavra chave (CONSTANZA, DALY, FOLKE, HAWKEN, HOLLING, McMICHAEL, PIMENTEL & RAPPORT, 2000, p. 153)<sup>14</sup>.

Em segundo lugar, os conceitos de sociedade, social e público implícitos são excludentes. AMAZONAS (1994), com propriedade, afirma que o termo público se resumiria apenas aos indivíduos diretamente afetados (p. 110). Realmente, só importa quem é diretamente afetado. E quem é indiretamente afetado, tal como o resto da população? E as gerações futuras? Esta posição, tipicamente neoclássica, tem implicações seríssimas sobre o conceito de democracia e de sociedade, já que reduz a sociedade a grupos localizados de interesse sem ligações uns com os

---

<sup>13</sup> Nesta citação, Motta comete um erro significativo ao dizer que as preferências podem ser reveladas por uma pesquisa e não apenas pelo funcionamento do mercado, como já foi discutido.

<sup>14</sup> SACHS (1999) também aponta a prudência como essencial: "(...) a equidade social e a prudência ecológica devem andar juntas, delimitando no universo das atividades economicamente viáveis o subconjunto daquelas que promovem o desenvolvimento genuíno" (p. 11).

outros, salvo o litígio do momento<sup>15</sup>. E mais importante: considera como parte da sociedade apenas os que participam do mercado, portanto, torna a sociabilidade contemporânea fortemente vinculada ao mercado. Voltar-se-á a este importante ponto mais tarde.

Terceiro, há um questionamento com relação à inserção social do indivíduo, aos seus valores morais e ao impacto destes sobre o valor monetário que é dado ao meio ambiente. Em se dividindo a sociedade em classes de ocupação (QUADROS, 1991) vê-se que, *grosso modo*, as pessoas têm sua visão do mundo muito influenciada pela sua posição na sociedade e no mercado de trabalho. Grandes empresários e banqueiros movimentam somas expressivas de dinheiro; já pedreiros e empregadas domésticas, em geral, nem possuem contas bancárias. Ora, como aplicar na prática a valoração contingente se, por exemplo, para um servente de pedreiro R\$100 mil é muito por uma gleba de mata virgem ao mesmo tempo em que um grande empresário, também envolvido na questão, poderia achar a mesma quantia irrisória por tal terra? Esta discussão é muito pouco realizada e é muito importante: tal “bem” ambiental é “muito valioso”, não há dúvida. Mas “muito

---

<sup>15</sup> O absurdo da teoria ortodoxa consegue ser ainda maior em relação à vida humana. Como bem pontua CAVALCANTI (1999): “No caso de recursos e impactos ambientais, (...) é comum a atribuição de valor monetário à vida humana. Calcula-se, por exemplo, quanto valeria a vida de alguém que possa morrer devido, digamos, ao aquecimento global. Na literatura de custo-benefício há tabelas de ‘valoração de vidas estatísticas’, que estimam que uma pessoa nos países ricos vale entre 200 mil e 10 milhões de dólares americanos (EKINS, 1994, p.11). Segundo os economistas, para quem um chinês se estimaria valendo 150 mil dólares em média, tais valores não representam um julgamento sobre o significado da vida humana. ‘Eles são derivados, antes de tudo, quer de considerações sobre a produção ao longo de uma vida, quer a partir do desejo de se aceitar risco, tal como mostrado em diferenciais de salário’ (EKINS, 1994, p. 11). Nesse sentido, é ‘correto’ deduzir que as vidas dos pobres valem menos do que as dos ricos. Pela fórmula do cálculo de vidas estatísticas, então, as vidas dos ricos deveriam ser salvas em primeiro lugar. Assim, uma situação em que os ricos se beneficiassem de atividades que matassem gente pobre poderia ser classificada como ‘eficiente’ pela análise de custo-benefício, simplesmente conferindo-se valores mais baixos às vidas dos infelizes dos estratos sociais inferiores” (p. 74).

valioso” é algo muito abstrato e pode levar a decisões inadequadas e, principalmente, irreversíveis pois a distorção que isto provoca fala por si só.

Uma observação muito próxima a esta diz respeito às condições particulares do momento em que é feita a pesquisa de campo. A valoração contingente possui este nome por ser uma coisa de momento, que varia com o passar do tempo. Os seus próprios teóricos apontam a variação ao longo do tempo como inevitável. Mas isso gera uma inconsistência ainda maior porque o que está variando não é o preço de mercado, resultado da efetiva interação de diversos agentes e sujeito a condições historicamente determinadas, mas as opiniões dos pesquisados. “For instance, when one at the point of death from hunger offers a jewel for a piece of bread, he does it only because the latter, under given circumstances, is more value to him than the former”(SIMMEL, 1900). O exemplo extremo serve para mostrar como pode variar o valor que os indivíduos dão a algo. Ele depende das circunstâncias particulares do momento histórico em que se deu a troca. Mas tal variação ocorre para decisões efetivamente tomadas: o faminto deu a jóia em troca do pedaço de pão, algo que ele não faria se não passasse fome naquele momento. Se, agora, está-se falando em disposições hipotéticas a pagar, a variação em questão é incomparavelmente maior porque não se efetivam as decisões. Se José da Silva estivesse faminto, ele poderia trocar jóias por pão; mas ele não está, logo o valor que ele dá é o que ele acha que faria em tal situação, portanto, uma suposição que tanto pode ser verdadeira como não.

Certamente, outro ponto contestável desta teoria é a utilização implícita de supostos e hipóteses irreais tais como a concorrência perfeita, equilíbrio, a racionalidade substantiva dos agentes, os custos marginais crescentes. Sem falar na factibilidade de se desenhar curvas de custo marginal, na prática. A teoria da

concorrência perfeita foi demolida<sup>16</sup>, nos anos 30, por diversos autores<sup>17</sup>. Mas ainda hoje ela é aplicada correntemente, tendo como justificativa a suposta inexistência de algo melhor para se colocar no lugar<sup>18</sup>. Utiliza-se esta estrutura, completamente irrealista, fazendo o relaxamento de seus pressupostos aqui e acolá. Mas isto não resolve o vício de origem: se se considera que existem barreiras à entrada, diferentes tamanhos dos agentes e custos marginais decrescentes, por exemplos, não faz sentido começar a pensar por este arcabouço, que mais que tudo é estático e trata de algo dinâmico<sup>19</sup>. Se é preciso reformulá-lo por completo, de forma a torná-lo diametralmente oposto ao que era, é melhor partir de um ponto condizente com a realidade<sup>20</sup>.

A respeito dos problemas estruturais da teoria neoclássica também pode-se apoiar no grande economista sueco Gunnar Myrdal. A teoria econômica tradicional se apóia em premissas irrealistas, por exemplo, a respeito do equilíbrio estável e da clara definição entre fatores econômicos e não-econômicos, pressuposições intimamente relacionadas.

“Na realidade, não há, como é natural, distinção entre fatos que corresponda à divisão escolástica tradicional das ciências sociais em disciplinas separadas. A análise realista de problemas nunca se pode

---

<sup>16</sup> A teoria da concorrência imperfeita também foi posta abaixo logo em seguida.

<sup>17</sup> Aqui pode se enumerar diversos autores tais como SRAFFA (1928), KALDOR (1935), HAL & HITCH (1939) e ROBINSON (1953). Esta discussão, das enormes falhas da teoria ortodoxa neoclássica, está adequadamente realizada em POSSAS (1990). E é importante que se saliente que estes trabalhos, é certo que não só eles, dão origem a um novo paradigma microeconômico muito mais consistente.

<sup>18</sup> Gunnar Myrdal, a respeito do esforço empreendido na solução dos problemas enfrentados pelos países subdesenvolvidos, já diria que “tentar fazê-lo sem uma teoria geral, parece mais seguro do que usar uma teoria preconcebida e censurável” (1960, p. 194).

<sup>19</sup> Sua dinamização também não resolve o problema de se entender o processo econômico porque ainda se está apontando para um ótimo estável.

<sup>20</sup> A proposição de alternativas faz parte do objetivo deste trabalho. Quanto à alternativas microeconômicas, têm-se uma profícua gama de linhas de pesquisa: schumpeterianos, evolucionistas, institucionalistas, neoschumpeterianos, não importa o nome que se queira dar, o que importa é que se tem uma visão muito mais lúcida dos processos econômicos.

deter nessas linhas demarcatórias. A distinção entre fatores 'econômicos' e 'não-econômicos' é, de fato, um artifício inútil e absurdo do ponto-de-vista da lógica, e deve ser substituída pela distinção entre fatores 'relevantes' e 'irrelevantes' ou 'mais relevantes' e 'menos relevantes'. Essa última linha divisória não é presumivelmente a mesma para problemas diferentes" (MYRDAL, 1960, p. 25).

"É inútil buscar um fator predominante, um 'fator básico', tal como o 'fator econômico'. Quando se estuda (...) (um) problema social partindo dessa hipótese, é difícil perceber o que deva ser entendido, precisamente, por 'fator econômico' isolado, e ainda menos compreender como pode ser 'básico', pois tudo é causa de tudo, de maneira circular e interdependente" (MYRDAL, 1960, p. 35).

Este ponto é crucial para Myrdal: o mercado, diferentemente do que supõe os neoclássicos, funciona num processo de causação circular e cumulativa. Não há mecanismos compensatórios que o tomam equilibrado. "O que está errado, ao se aplicar a hipótese do equilíbrio estável à realidade social, é a própria idéia de que o processo social tende a uma posição que se possa descrever como estado de equilíbrio entre forças" (MYRDAL, 1960, p. 28). O sistema social não possui esta tendência à auto-estabilização, ele constantemente se afasta da posição inicial. Uma modificação no seu estado atual, sustenta e conduz o processo, com mais intensidade, na direção do primeiro movimento. É uma conclusão fácil de se constatar na realidade, com um exemplo simples: se uma empresa faz sucesso, ela passa a usufruir de uma melhor posição no seu mercado; o que, num segundo momento, lhe permite fazer mais sucesso ainda pelos mais diversos motivos – acesso a recursos mais baratos, maior escala, maior poder de negociação com clientes e fornecedores, etc. É um processo cumulativo; logo, o mercado continuamente concentra renda, riqueza e poder por si só; ele acentua assimetrias, não as diminui.

Myrdal até vê um ponto positivo no conceito de equilíbrio – representa um meio conveniente de mostrar a interdependência universal de todos os fatores no sistema econômico – mas o toma como um limitador da evolução teórica.

“Na realidade, grande parte do progresso teórico da análise econômica nas últimas duas gerações foi conquistado com o abandono da noção tradicional de equilíbrio estável. (...) A noção de equilíbrio estável tem sido tomada em sentido relativo e reduzida, mediante análise lógica, à sua própria significação como premissa muito abstrata, quase rudimentar e geralmente irrealista” (MYRDAL, 1960, pp. 174-175).

Vê-se, então, que desde aqueles tempos o esforço da boa teoria econômica se dedica à formulação de uma teoria dinâmica que trabalhe com a ausência de equilíbrio estável ou de seu substituto moderno, o ótimo. Hayek também faz críticas à ciência econômica derivada das ciências físicas, embora seja ferrenho defensor do livre-mercado e liberal empedernido<sup>21</sup>. Como Myrdal, ele considera o seu enfoque limitado apenas a alguns aspectos do que deve ser explicado.

“Assim, enquanto nas ciências físicas o pesquisador pode medir, na base de uma teoria *prima facie*, aquilo que julga ser importante, nas ciências sociais passa a ser importante aquilo que pode ser medido. (...) Essa condição – não se pode negar – limita arbitrariamente os fatores que podem ser admitidos como causas possíveis de acontecimentos no mundo real. (...) A partir daí o que se pode ter é uma ótima evidência ‘científica’ para uma falsa teoria. E esta será aceita porque parece mais ‘científica’ que uma teoria que, embora tendo uma explicação válida, é rejeitada simplesmente por não haver evidências quantitativas suficientes para embasá-la” (HAYEK, 1997, p. 209).

---

<sup>21</sup> A ciência econômica, como será discutido mais adiante, é descendente direta do utilitarismo e, por consequência, da física newtoniana.

A crítica de Hayek também vai na direção da economia matemática mas isto foge ao escopo deste trabalho<sup>22</sup>.

No que cabe à racionalidade, SIMON (1982), DOSI & ORSENIGO (1988) e DOSI & EGIDI (1991) questionam, com muita razão, a capacidade de processamento da informação pelos agentes<sup>23</sup>. Dizem eles que a capacidade de processamento do ser humano é limitada, sendo portanto muitas vezes impossível racionalizar uma gama muito grande de informações – supostamente existentes – para a tomada de uma decisão. Surgem problemas do tipo: qual é informação que deve ser considerada relevante? Frente a essa incerteza, o homem geralmente cria regras e rotinas para a tomada de decisão (racionalidade procedural) ; não lhe é permitido por sua capacidade cognitiva apreender todas as informações disponíveis e processá-las.

Problema também é a indisponibilidade das informações necessárias para uma decisão: elas podem ter um custo proibitivo e até simplesmente não existir. Pode-se pensar num caso simples de custo proibitivo: certa pessoa quer montar

---

<sup>22</sup> “O principal, na verdade, já havia sido detectado por aqueles espanhóis escolásticos do século XVI, quando afirmavam que aquilo a que chamaram de *pretium mathematicum* – preço matemático – dependia de uma tal quantidade de circunstâncias particulares que jamais seria conhecido dos homens, somente de Deus. Algumas vezes penso que seria bom que isto calasse no fundo do coração de nossos economistas matemáticos. Devo confessar que ainda duvido que sua busca de grandezas mensuráveis tenha resultado em contribuições significativas para a nossa *compreensão teórica* dos fenômenos econômicos, se entendemos esta compreensão como algo diferente de uma descrição de situações particulares. Por outro lado, não posso aceitar a desculpa de que esse campo de pesquisa ainda é muito novo: Sir William Petty, o fundador da econometria, foi afinal de contas como que um colega ‘senior’ de Sir Isaac Newton na Royal Society” (Hayek, 1997, p. 213).

<sup>23</sup> “Moreover, one is likely to find another – and even stronger – source of uncertainty which rests on the impossibility of mapping preferences, states-of-the-world, actions and outcomes, even for a notional agent with infinite computing capability of all the information that the present can deliver about the future. The nature of this strong uncertainty is twofold. First, the set of outcomes of different courses of action is often unknown (...) and might not even be enumerable (...). Second, the states-of-the-world are at least partly endogenous in that, for example, the future technological advances and the related pay-offs depend in complex and often unpredictable ways

uma lavanderia em Barão Geraldo. Para saber se haverá demanda suficiente para seu empreendimento, o sujeito deveria fazer uma pesquisa de mercado. Mas uma boa pesquisa de mercado pode custar tão caro, no que se refere à capacidade de investimento do referido, que inviabilizaria a implementação da lavanderia. Logo, a decisão mais racional poderia ser a de instalar a lavandeira e ver se dá certo, se há demanda ou não.

Para falar do caso de inexistência da informação, pode-se tomar como exemplo, um dado “estado de natureza” de certo mercado não-cartelizado; suas modificações são parcialmente endógenas ao processo de decisão dos agentes. Se um agente quer aumentar as suas vendas, abaixando o preço, e quer saber qual será a reação dos seus concorrentes, ele terá um problema já que os outros ainda não reagiram à sua futura manobra. Não se pode descobrir uma informação que não existe pois a reação deles é dependente da ação a ser realizada, por suposto lógico. Numa situação como esta, o agente que pretende reduzir seus preços pode, no máximo, supor qual será a reação da concorrência pelo que ele conhece sobre as reações passadas e pelo estado atual das firmas concorrentes. Posto isto, não há como considerar que os agentes são maximizadores, no seu sentido ortodoxo. Daí surge a proposta de considerar a racionalidade humana como procedural, ampliando o espaço para uma forma alternativa de microeconomia.

Neste ponto, cabe ainda uma crítica à ala majoritária da economia ecológica, já que, de alguma forma, ela ainda busca dar valor à natureza, ainda que “apenas” como indicador. Apesar de ser francamente contra a economia neoclássica, tal economia ecológica não consegue romper com a ortodoxia por se manter no mesmo campo e nos mesmos termos: não vê inconsistência teórica insuperável na simulação dos mercados, não contesta o arcabouço microeconômico neoclássico e

---

on present allocative decisions of a relatively high number of non-collusive agents” (DOSI &

nem os problemas da mercantilização do meio biofísico, que são da natureza mesma do capitalismo.

Destarte, é expressiva a posição de MARQUES & COMUNE (1999), que advogam que

“(…) não obstante as críticas, os conceitos e métodos disponíveis apoiados na teoria neoclássica são de uso amplo e permitam (sic) avaliar os bens e serviços ambientais de uma forma bastante sensível às sociedades que tomam suas decisões, razoavelmente, apoiadas em valores monetários. Os conceitos e métodos vêm apresentando desenvolvimentos que têm permitido a incorporação de valores despidos do cunho utilitarista. Os métodos baseados no valor energético, embora detenham certo grau de importância, não são de uso geral em uma sociedade que toma as decisões em valores monetários das decisões individuais. As ponderações dos ecólogos têm sido atendidas pela incorporação, não somente dos valores de uso indireto, mas também pelos valores de existência e de opção” (pp. 42-43).

Ora, tal proposição<sup>24</sup> apresenta muitos problemas da análise aqui criticada: usa a microeconomia neoclássica, valora a natureza e, mais, “acha-se” livre do cunho utilitarista, apesar de usar uma base calcada no princípio da utilidade<sup>25</sup>. É

---

ORSENIGO, 1988, p.19).

<sup>24</sup> Esta proposição é menos uma exceção que uma regra, principalmente no que concerne ao implícito arcabouço neoclássico da maioria da economia ecológica. Por exemplo, MAY (1999) diz que: “Existem duas vertentes metodológicas que têm norteado a utilização da economia ecológica como instrumento no processo decisório. A primeira expandiria as fronteiras da análise tradicional de custo-benefício, buscando uma quantificação mais rigorosa das interações entre a atividade econômica e as funções ecológicas. A diferença principal entre esta proposta e as práticas tradicionais correntes seria a elucidação dos fluxos de causa-efeito no funcionamento do ecossistema resultante da ação humana. Apoiado fortemente em modelos de ecossistema este método acarretaria a transformação das emissões de poluentes e retirada de recursos em medidas de risco ambiental e de efeitos na saúde. Esses, por sua vez, poderiam ser convertidos em custos e benefícios, utilizando métodos de valoração de bens ambientais” (p.59). Isto é, aceita-se ainda a problemática valoração.

<sup>25</sup> É interessante a citação do eminente microeconomista americano Hal Varian a respeito da microeconomia ortodoxa: “Nos tempos Vitorianos, os filósofos e economistas falavam despreocupadamente em ‘utilidade’, como indicador do bem-estar geral de uma pessoa. A utilidade era concebida como uma medida numérica da felicidade de um indivíduo. (...) Devido a (...) problemas conceituais, os economistas abandonaram a velha visão da utilidade como uma

necessário, entretanto, dar crédito às louváveis proposições de modificação do paradigma tecnológico atual em prol de tecnologias “limpas” (ROMEIRO, REYDON & LEONARDI, 1999, p. 14).

Mas há também uma corrente da economia ecológica que se aproxima mais dos pontos de vista aqui defendidos:

“Uma segunda alternativa, que reconhece a capacidade imperfeita da ciência moderna em elucidar estes complexos fluxos do ecossistema com qualquer grau de certeza, estabeleceria limites à interferência da economia nos ecossistemas naturais. Esta proposta inverte a análise, ao considerar a efetividade-custo de alternativas restritas pela finitude dos recursos, mais do que a alternativa que selecione as alternativas que tenham retorno econômico superior, após a dedução dos custos ambientais. (...) O processo alternativo aponta para a necessidade da participação da sociedade nas escolhas de políticas onde existam percepções diferenciadas de valores e incertezas quanto à veracidade dos fatos” (MAY, 1999, pp. 59-60).

A posição deste autor não é muito clara a este respeito, já que no texto citado acima ele apresenta as duas possíveis posições e não se posta ao lado de nenhuma delas. Entretanto, MAY (1995), sem ambiguidades, critica a posição favorável aos custos efetivos por “(...) não ser cientificamente bem fundamentada” (p. 08). Ora, pelo apresentado até aqui, o que tem problemas de fundamentação científica é a valoração monetária, em especial a contingente. Até dentro das análises neoclássicas ela se destaca, em matéria de heterodoxias. Já a análise a ser proposta aqui baseia-se nos custos da preservação vis-à-vis os benefícios do seu uso,

---

medida da felicidade. Pelo contrário, a teoria do comportamento do consumidor foi reformulada inteiramente em termos de **preferências do consumidor** (grifo do autor) e a utilidade é vista somente como um *modo de descrever as preferências*. Gradualmente, os economistas foram reconhecendo que tudo o que interessava em relação à utilidade (...) era saber se uma cesta tinha uma utilidade maior que outra (...)” (VARIAN, 1994, p. 59). Fica patente que a utilidade não foi descartada: ela mudou de posição mas não foi deixada de lado, o que impede que se diga que o cunho utilitarista foi abandonado.

procurando unir diversos recortes possíveis da realidade, pautando-se pelo bom-senso qualificado – invoca a negociação democrática dos problemas e desafios frente aos seus custos para os agentes.

#### ***1.4 A Questão da Ideologia na Ciência Econômica***

Uma possível crítica às críticas realizadas até agora seria a respeito de seu conteúdo ideológico. Seria passível de arguição a isenção de algumas das críticas feitas até aqui. Antes de mais nada, é preciso definir o que é ideologia. Este conceito pode ter muitas definições mas aqui será utilizada a de Dobb, que é apropriada a tal discussão. De acordo com Dobb, ideologia se refere a “um sistema completo de pensamento, ou a um conjunto coordenado de convicções e idéias que formam uma estrutura, ou grupo, a nível superior, de conceitos relacionados, para chegar a noções, análises, aplicações e conclusões mais específicas e particulares” (DOBB, 1977, p. 10).

“O neoclassicismo, pela vertente ou vertigem do estudo equilíbrio, chega com Robbins ao universal e estritamente formal. Existe um aspecto econômico em toda a atividade humana. (...) A definição de Robbins ao situar a economia com a ciência da ação humana implica uma sequela de derivações. Em primeiro lugar, a análise econômica é totalmente neutra quanto aos fins. Ao centrar-se sobre uma articulação eficiente dos meios, ela é positiva (doce ilusão) no sentido de que é isenta de juízos de valor (embutidos nos fins); sobre os quais não se pronuncia, apenas os aceitando como dados. Em segundo lugar, a análise econômica é dedutiva. Enquanto investigação teórica, ela deduzirá proposições a partir de postulados universais admitidos aprioristicamente. As proposições deduzidas serão necessariamente verdadeiras e despojadas de conteúdo empírico. Em terceiro lugar, distingue-se claramente a contribuição técnica da contribuição da análise econômica. O conhecimento técnico atesta a idoneidade dos meios para atingir os fins” (LESSA, 1998, pp. 24-25).

Schumpeter argumentaria nesta mesma direção supracitada ao dizer que a ideologia “penetra no autêntico rés-do-chão, ato cognitivo pré-analítico” (SCHUMPETER, 1954, p. 37 apud DOBB, 1977, p. 12) sendo a dita teoria forjada a partir da visão que as pessoas têm das coisas, o que é quase por definição ideológico.

“Embora ‘Economia Política’ e Pensamento Econômico’ em geral tenham quase inevitavelmente de ser ideologicamente condicionados, a ‘análise econômica’ propriamente dita pode ser tratada como independente e objetiva – um núcleo concreto de técnicas formais e instrumentos, que são dirigidos por padrões e regras supra-históricas, discutidos e avaliados independentemente, e a respeito dos quais se pode compor uma história separada para responder sem ambiguidades a questões como ‘e em que sentido houve ‘progresso científico’ entre Mill e Samuelson’” (DOBB, 1977, pp. 12-13).

A análise econômica seria como uma “caixa de ferramentas”, um instrumental a ser utilizado numa grande variedade de fins e situações.

“Esta ética está conjugada com a lobotomia da análise. Delimitando um campo para a reflexão, desconectado, cuidadosa e criteriosamente, dos demais domínios do homem, o economista, com a Análise Econômica, fica cego à história, à transformação, à totalidade em que se insere” (LESSA, 1998, p. 35).

A posição defendida por Schumpeter é dominante num ramo do conhecimento que insiste em se separar das ciências humanas, em direção às ciências exatas<sup>26</sup>, via análise isenta e precisa. Entretanto, escapa a tal posicionamento que a

---

<sup>26</sup> Esta tentativa de se desgarrar das ciências humanas começa com os filósofos radicais ingleses, como será visto no segundo capítulo. Mas é importante pensar que “não é pequeno o apelo de uma operacionalização – profissionalização realizada sob a égide da ciência robbinsoniana. Permite ao economista vestir a roupa do modesto e responsável operador, com a etiqueta de ciência: permite a sensação de sentir-se engenheiro. Permite escapar de bizantinos debates ou de sua alternativa inquietante: tentar ver o todo. Delimita o campo de atuação. Um preço: abrir mão de sua faculdade crítica. Muitos consideraram isso um bom negócio; muitos, certamente, considerarão, no futuro, isso uma pechincha” (LESSA, 1998, p. 29).

escolha das questões e do que é relevante é inevitavelmente vinculada a visão do proponente, o que é dependente de sua ideologia. Não há como evitar isso.

“A análise teórica e a generalização são sempre construídas a partir da classificação, no sentido de utilizar aquilo que foi classificado primeiro como suas unidades materiais ou meios de contagem; e o que é a classificação, senão um esquema de limites entre objetos descontínuos, que por sua vez derivam do modelo estrutural apreendido (ou que se pensa ter-se descoberto) no mundo real?” (DOBB, 1977, p. 14).

Mais importante ainda é pensar, como Schumpeter, que

“(…) antes de iniciarmos um trabalho analítico de qualquer espécie, temos de destacar primeiro o conjunto de fenômenos que desejamos investigar, e adquirir ‘intuitivamente’ uma primeira noção do modo como se agrupam, ou, por outras palavras, daquilo que se nos afigura, do nosso ponto de vista, serem as propriedades fundamentais” (SCHUMPETER, 1954, pp. 561-562 apud DOBB, 1977, p. 14).

O próprio Schumpeter se trai a este respeito. Logo, o que fica claro do exposto é que, em qualquer trabalho analítico sobre economia é inevitável a presença, ainda que oculta, de algum tipo de ideologia.

### ***1.5 Outras Fundamentações Teóricas contra a Valoração Monetária Ambiental***

Agora, deve-se voltar a discussão sobre a fundamentação da posição “anti-valorar”, que também pode ser apoiada em outras bases teóricas. De um ponto de vista marxista, tem-se o problema da impossibilidade de dar valor a algo que não faz parte de um mercado. Apesar do sistema de preços ser infiel ao de valor, uma

mercadoria só pode ter valor se ela for validada socialmente através do mercado<sup>27</sup>. Algo pode ter muito trabalho incorporado e ao mesmo tempo não ser considerado válido socialmente, se ninguém quiser comprá-lo (por exemplo, nos dias de hoje, uma máquina de escrever). Só há uma forma de se saber o preço de uma mercadoria: é levando-a ao mercado<sup>28</sup>. Como não se pretende colocar o meio-ambiente à venda ou destruí-lo por completo, deste ponto de vista, não podemos dar-lhe valor, apesar da tendência progressiva da mercantilização a ser discutida mais adiante.

Isto vem ao encontro das considerações de GURRIERI (1987), proveniente da CEPAL. Uma debilidade inerente ao capitalismo advém das características dos agentes privados e dos mercados.

“(…) no poseen la perspectiva global que les permitiría tomar las decisiones más apropiadas. Dicha perspectiva global exige superar los límites de una visión orientada por el interés de la empresa individual y tomar en consideración aspectos tales como las relaciones entre los distintos sectores de la estructura económica nacional, las relaciones económicas con el exterior, las repercusiones sociales y políticas de las decisiones económicas, las transformaciones tecnológicas apropiadas y otros, los que, además, deben ser colocados en una dilatada perspectiva temporal” (p. 202).

---

<sup>27</sup> “O salto do valor da mercadoria, do corpo da mercadoria para o corpo do ouro é, como designei em outro lugar, o salto mortal da mercadoria. Caso ele falhe, não é a mercadoria que é depenada, mas sim o possuidor dela. A divisão social do trabalho torna tão unilateral seu trabalho quanto multilaterais suas necessidades. Por isso mesmo, seu produto serve-lhe apenas de valor de troca. Mas ele somente obtém a forma equivalente geral socialmente válida, como dinheiro e o dinheiro encontra-se em bolso alheio. Para tirá-lo de lá, a mercadoria tem de ser, sobretudo, valor de uso para o possuidor do dinheiro, que o trabalho despendido nela, portanto, tenha sido despendido em forma socialmente útil ou que se confirme como elo da divisão social do trabalho” (MARX, 1996, p.229).

<sup>28</sup> É interessante ver como neste ponto Marx e os neoclássicos de velha cepa concordam.

Desta feita, a avaliação ambiental deve ser calcada em análises multidisciplinares que levem em conta, obviamente, o lado econômico mas também o social, o biofísico e o das finanças públicas, tal como será defendido neste trabalho.

## Capítulo 2

*“- E por que é que a gente tem que ser marginal ou cidadão? Diga, Zezé.*

*- É para ter a ilusão de que pode escolher, viu Dodó.”*  
(Tom Zé/ Odair Cabeça de Poeta)

### **2.1 Introdução**

Nesta parte se buscará apreender os problemas da valoração monetária que estão inscritos nas estruturas do sistema capitalista, o que exigirá uma percepção acurada da realidade. Como diria Marx, a realidade é um todo inapreensível. Dessa forma, para compreendê-la é preciso que se realize algum recorte no todo e quanto melhor for o marco conceitual que o definir, melhor e mais preciso será o retrato da realidade. Além de tudo é preciso que esta visão seja global, no sentido de incorporar o sistema capitalista todo em suas abstrações. Tal visão tem que ser global para que se possa superar a fragmentação imposta pelo sistema capitalista<sup>29</sup>.

### **2.2 As Fontes Morais e o Avanço do Capitalismo**

Um arcabouço dos mais interessantes para tal empreendimento é o proposto por TAYLOR (1997), que desenha um quadro conceitual da identidade moderna ao longo da sua história para tentar captar os movimentos de maior duração, algo que um retrato instantâneo da realidade não mostraria. A partir do seu entendimento do que é fonte moral e de quais são as fontes que conformam a modernidade, ele

---

<sup>29</sup> “Alan Greenspan was worried about irrational market exuberance, George Soros was worried about the excesses of capitalism, the chief economist of the World Bank was worried about the impact and severity of structural adjustment programmes in poor countries, the director of global economics at Morgan Stanley was worried about the coming ‘raw power struggle between capital and labour’ and lots of people were worried about social polarization and environmental collapse. No one, however, seemed to be pulling all this together, at least not in public” (GEORGE, 1999, p. 191). O que se pretende aqui é fazer exatamente isso, a apreensão do todo.

traça um perfil dos imperativos morais modernos, o que será de grande interesse neste trabalho por mostrar o que está por trás das teorias econômicas e sociais. Fonte moral é um termo técnico para os bens, imaginários ou reais, que geram enriquecimento moral. Por exemplo, na Idade Média, todas as fontes morais dignas de confiança envolviam Deus, já que se vivia em uma “era de crença”. Deus impõe regras para viver, pensar, agir, etc. que são corretas, que permitirão ao fiel, após a morte, a vida eterna ao lado Dele. Ele é para onde as pessoas olhavam em busca de uma referência sobre o que é certo ou errado; as pessoas não roubam, ou se o fazem tem crises de consciência, pois isso é ruim aos olhos de Deus.

E assim foi durante muito tempo, em que foram lentamente gestadas novas possibilidades de fonte moral. Esse espaço surge aos poucos, tendo sido impulsionado pela Reforma Protestante<sup>30</sup>, que é uma espécie de fonte irradiadora de mudanças que incentivam um processo crescente de afirmação da vida cotidiana, de individuação e de desencantamento do mundo.

“O aprendizado de como ser o sujeito desprendido de controle racional e, depois, um *self* pontual é acompanhado e até intensificado por um senso de nossa dignidade como agentes racionais. Vimos como, com Descartes e Locke, e mais tarde veremos com nova ênfase em Kant, essa dignidade torna-se, ela mesma, uma fonte moral. Em todos esses autores, essa dignidade é colocada numa perspectiva teísta. As capacidades espantosas da razão e da vontade humanas foram criadas por Deus e fazem parte do seu plano; além disso, são o que constitui a imagem de Deus em nós. Mas, como agora as fontes estão dentro de nós, mais particularmente em certas capacidades que possuímos, existe aí a base para uma moralidade independente, isto é, não teísta” (TAYLOR, 1997, p. 407).

---

<sup>30</sup> Esta discussão é realizada exemplarmente por TAYLOR (1997), parte 3.

As fontes morais agora podem ser buscadas não só em Deus, mas nas duas novas fronteiras: a dignidade vinculada às nossas capacidades e as profundezas da natureza interior e exterior.

É a partir da evolução histórica da base teísta que surgiram as fontes morais que comandam os homens hodiernos, que são: a própria judeu-cristã e as suas duas derivadas, a razão instrumental e a romântica-expressivista<sup>31</sup>. Todas apontam para a busca da felicidade, são contra o sofrimento *per se*, tem profundas raízes históricas e são ao mesmo tempo complementares e rivais.

“A cultura moderna é uma cultura de fontes múltiplas; pode ser esquematizada como um espaço em que é possível tomar três direções. (...) As duas direções modernas são inerentemente problemáticas. É por isso que prefiro chamá-las de ‘fronteiras’ a explorar. São problemáticas em parte por terem sido experimentadas como contestáveis desde sua abertura original. Isso parece seguir-se naturalmente ao fato de terem sido abertas em contestação, num questionamento da visão teísta reinante. Mas também quero dizer que são inerentemente contestáveis de uma forma que a visão teísta não é. É claro que o teísmo é contestado quanto à sua veracidade. (...) Mas ninguém duvida que aqueles que o adotam encontrarão nele uma fonte moral inteiramente adequada” (TAYLOR, 1997, pp. 409-410).

Isto é, a fonte teísta é baseada em algo superior ao terreno, ela é transcendental, resultado dos desígnios de Deus. E as fontes modernas são questionáveis por não estarem baseadas em algo superior, fora do nosso alcance.

No entender de Taylor, as novas fontes morais se apropriam dos bens que permitem enriquecimento moral da base teísta. Elas são parasitárias e não são capazes de propor alternativas concretas, já que elas apenas criticam sem

---

<sup>31</sup> Esta também por ser representada pelas visões modernistas que a sucederam.

conseguirem construir fontes alternativas em que se possam ancorar os homens<sup>32</sup>. O ataque feito à base teísta pela razão instrumental e pelo romantismo-expressivista é consistente e faz muito sentido, só que o problema desta ofensiva é o quê pôr no lugar. Esta é uma questão central das ciências humanas, bem colocada por FREUD (1931): qual seria uma fonte moral, um motivo, ou o que quer que seja, que permitiria a constituição de uma verdadeira e duradoura civilização? Este responde à questão colocando que a religião não foi capaz de tal cousa; no entanto, ele não consegue antever o que poderia realizá-la. Taylor, diferentemente, acredita no potencial da religião em parte por não enxergar alternativas, tal como Freud. Afinal de contas, ele não vê nas outras duas fontes capacidades de realizar tal tarefa, só restando a religiosa. Mas ele também confia na base teísta por ser religioso, o que o levará a incorrer num erro a ser discutido mais adiante, já que primeiro é preciso discutir o que são as outras fontes em questão.

A fonte moral aqui chamada de razão instrumental é produto, sem sombra de dúvida, do Iluminismo anglo-saxão. O utilitarismo, ou filosofia radical, foi muito forte na Inglaterra, muito influenciada pela Revolução Newtoniana que, como o próprio nome diz, foi uma mudança de grande impacto sobre o pensamento da época. Com Newton, o domínio sobre a natureza e o entendimento do real advêm do conhecimento das leis naturais: o método newtoniano busca determinar o menor número possível de leis gerais que, uma vez descobertas, vão capacitar todo o detalhamento do fenômeno a ser explicado por um método sintético e dedutivo. O dever do cientista é descobrir as leis naturais que estão por trás dos acontecimentos e era exatamente esta a intenção dos utilitaristas para com

---

<sup>32</sup> Este é um dos principais pontos de sua crítica ao marxismo, mas não faz parte do escopo deste trabalho.

as ciências morais<sup>33</sup>. Eles consideram ser possível conduzir um estudo do homem como um indivíduo e um ser social da mesma forma que os físicos estudam os seus problemas. Aliás, Halévy definiria o utilitarismo como a tentativa de aplicar os princípios de Newton à política e à moral. Este newtonianismo moral coloca, no lugar do princípio da atração universal, o da associação de idéias e o da utilidade. Seu maior expoente, Jeremy Bentham, apregoava que

“(...) nature has placed mankind under the governance of two sovereign masters, *pain* and *pleasure*. It is for them alone to point out what we ought to do, as well as to determine what we shall to do. On the one hand the standard of right and wrong, on the other the chain of causes and effects, are fastened to their throne.... The *principle of utility* recognises this subjection, and assumes it for the foundation of that system, the object of which is to rear the fabric of felicity by the hands of reason and of law” (BENTHAM, 1841, apud HALÉVY, 1955, p. 26).

Por exemplo, no caso das ações, pode-se dizer que se no mundo físico se obedece às leis do movimento, no mundo moral se obedece às leis do interesse, sendo que o interesse pessoal é a medida universal do mérito das ações do homem. Considerar como válido o princípio da utilidade significa que para todos os homens a felicidade é uma quantidade e os prazeres e as dores são valores aritmeticamente calculáveis, algo como uma moralidade matemática<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> “The aim of Bentham, as all of the Utilitarian philosophers, was to establish morals as an exact science” (HALÉVY, 1955, p. 15).

<sup>34</sup> “For a person, considered by himself, the value of a pleasure or a pain, considered by itself, will be greater or less according to the following circumstances: 1st, its *intensity*, 2nd. Its *duration*, 3rd. Its *certainty* or *uncertainty*, 4th. Its *propinquity* or *distance*. These, according to Bentham, are the four *elements*, or elsewhere the four *dimensions*, of pleasure or of pain. But the value of a pleasure or of a pain, considered in relation to pleasures and pains which may follow or accompany it, varies according to two others circumstances: its *fecundity*, the chance it has of being followed by sensations of *same* kind; its *purity*, the chance it has of not being followed by sensations of the *opposite* kind. To the six elements a seventh must be added, if one has in view no longer a person considered in himself, but a given *number* of persons. This is the *extent* of pleasure, that is to say ‘the number of persons to whom it *extends*, or (in other words) who are affected by it’. Thanks to our

Bem, isto

“(…) significa que a física pode oferecer-nos uma interpretação da vida humana, abrindo-nos para analogias profundas entre o funcionamento dos seres em todos os níveis” (TAYLOR, 1997, p. 420).

“A descrição do homem lutando para preservar e aumentar sua felicidade não é apenas o resultado correto da reflexão distanciada; é também a verdadeira base da vida moral. Precisa ser resgatada não apenas das falsas teorias explanatórias espiritualistas, mas também da falsa depreciação que sofreu nas mãos da religião e da metafísica, que conclamaram os homens a negar esses impulsos em nome das satisfações e bens puramente imaginários” (TAYLOR, 1997, p. 421).

“Apenas o enfoque na utilidade prometia uma busca da felicidade mais determinada. E a razão despreendida pretendia varrer os obstáculos a uma promoção universal e imparcial do bem-estar. O motivo de aceitar o princípio da utilidade, diz Bentham, é fazer dele ‘o fundamento daquele sistema, cujo objetivo é erigir o edifício da felicidade por meio da razão e da lei’” (TAYLOR, 1997, p. 417).

Esta fonte moral só reconhece um bem, qual seja, o prazer. A busca deste bem deve ser feita de maneira eficiente e impõe que a obrigação moral se concentre nas ações e não nas motivações. Os atos devem ser racionais em relação aos meios, não em relação aos fins, de um ponto de vista weberiano. Isso leva a um grave problema:

“(…) quando se passa (...) para a construção de uma nova ordem, torna-se repetidamente evidente quanto a perspectiva utilitarista é frágil e, ao mesmo tempo, ameaçadora. Frágil porque a construção

---

knowledge of these elements, the formula of the greatest happiness of greatest number acquires a scientific meaning. (...) Further, the operations of moral arithmetic are not all the same kind. Pleasures of different values are *added*, but the value of given pleasure is *multiplied* by the number of individuals who feel it; and the elements which make up the value of a pleasure are *multiplied* by each other – the numbers which express the intensity by those which express the duration, the numbers which express the amount by those which express the propinquity or probability” (HALÉVY, 1955, p.30-31).

requer a certa percepção dos bens que se quer promover e não apenas daquilo que se é contra. Ameaçadora porque a recusa em definir quaisquer bens além do bem oficial da eficácia instrumental na busca da felicidade pode levar a uma destruição estarrecedora do estilo de vida de uma sociedade, a um nivelamento e supressão de tudo que não se encaixa nessa visão afunilada, um processo do qual as consequências modernas da racionalidade burocrática oferecem amplo testemunho, desde a Lei da Assistência Social de 1834 até a catástrofe de Chernobil” (TAYLOR, 1997, p. 437).

Entretanto, Taylor considera a fragilidade parasitária do utilitarismo tão significativa – incapaz de sozinho organizar o mundo – que o seu potencial ameaçador não lhe parece tão grande, já que pode ser contrarrestado pelas outras fontes. Este ponto, já citado, merece ser melhor elucidado mais à frente, já que tal conclusão é decorrente do problema de sua posição ideológica.

Gay mostra a derivação da filosofia radical, da qual é precursor, a partir da base teísta original, já que ele apela à idéia de recompensas e penalidades divinas dos nossos atos. Para ele, todos os homens buscam o prazer e evitam a dor; esta é a lei de toda ação humana e a que leva à felicidade. A forma para se alcançar este objetivo, no entanto, varia entre os indivíduos, porque a associação de idéias varia de um para o outro, a felicidade não é o mesmo conjunto de idéias para todos. E o dever do moralista é descobrir qual é a lei que está por trás dessas variações individuais, se o objetivo dele é levar a humanidade à felicidade.

Resta ainda discutir a última perna do tripé de fontes morais que constituem o mundo em que vivemos: a oriunda da natureza – seja interna, seja externa – que é denominada aqui de romântico-expressivista<sup>35</sup>. Fortemente influenciada por

---

<sup>35</sup> A discussão aqui se centra na forma mais geral do romantismo expressivista, já que ele possui diversas variantes. A discussão a este respeito é realizada por TAYLOR (1997), especialmente nos capítulos 21 a 24.

Rousseau, ela se assenta imensamente na esfera interior e na ligação desta com a natureza.

“Não é só que, graças a Deus, tenho sentimentos que concordam com o que, por outros meios, entendo ser o bem universal, mas que a voz interior de meus verdadeiros sentimentos *definem* o que é o bem: como o *élan* da natureza em mim *é* o bem, é ele que deve ser consultado para se descobrir o bem. Rousseau nunca deu o passo radical para essa posição muito mais subjetivista. (...) Mas ele foi a figura-chave, porque, com uma eloquência impar, forneceu a linguagem que podia articular essa visão radical. Bastava que a voz interior se libertasse do jugo e declarasse sua plena competência moral” (TAYLOR, 1997, p. 464).

O romantismo-expressivista coloca uma atitude modificada em relação ao *self* e ao mundo, diferentemente da base teísta, porque não reconhece simplesmente um bem até então ocultado, mas antes ajuda a fazê-lo manifestar-se. Ver o bem, faz o bem. Logo, esta fonte moral é diferente da religiosa pois é interior, surge da comunhão entre o interior do homem e a natureza. E suas variantes podem estar fundadas no mundo natural, nos poderes do *self*, na imaginação criativa. Podem ser novas ou intocadas. Mas a sua influência se torna crescente à medida que aumenta a percepção de que a sociedade moderna, fragmentada e instrumentalista, estreitou e empobreceu a vida.

Tal corrente põe os sentimentos em um lugar central na vida moral:

“é por meio de nossos sentimentos que chegamos às verdades morais mais profundas e, de fato, cósmicas. (...) Nessa perspectiva, uma parte essencial do bem viver deve consistir em estar aberto para o impulso da natureza, estar sintonizado com ela e não desligado dela. Mas isso é inseparável do modo como me sinto, do fato de eu ter sentimentos de determinado tipo. (...) Ela dá valor aos sentimentos por si mesmos, por assim dizer” (TAYLOR, 1997, pp. 476-477).

Mas mais ainda que isso:

“realizar minha natureza significa comungar com o *élan*, a voz ou impulso, interior. E isso torna manifesto para mim e para os outros o que estava oculto. Mas essa manifestação também ajuda a definir o que deve ser realizado. A direção do *élan* não estava e não podia estar clara antes dessa manifestação” (TAYLOR, 1997, pp. 480-481).

“É neste sentido que tal fonte é expressiva e, portanto, o alicerce de uma individuação nova e muito mais completa. As fontes expressivas implicam “que cada um de nós tem um caminho original que devemos percorrer; colocam para cada um de nós a obrigação de viver de acordo com nossa originalidade” (TAYLOR, 1997, p. 481).

Posto isto, pode-se perceber quão forte é a sua presença nos dias de hoje: a nossa vida cultural, nossas autoconcepções e perspectivas operam na esteira do Romantismo.

E o próprio movimento ecológico é tributário desta fonte, pois a defesa da natureza e dos diversos ecossistemas ameaçados é fundada num sentimento de integração com a natureza, de busca do superior nela. A natureza é um grande reservatório de força com o qual faz-se mister restabelecer contato, ficar fora dela é murchar. Aliás, as diferenças entre esta fonte e a razão instrumental podem aparecer até na discussão ecológica. Tais fontes também estão por trás da discussão sobre o uso ou não da valoração monetária do meio ambiente.

“Por trás das questões particulares quanto aos perigos da poluição ou do esgotamento dos recursos, essas duas perspectivas espirituais estão em confronto. Uma vê a dignidade do homem em seu controle de um universo objetificado por meio da razão instrumental. Se há problemas de poluição ou limites ecológicos, eles próprios serão resolvidos por meios técnicos, por usos melhores e mais amplos da razão instrumental. A outra vê nessa posição diante da natureza uma negação obtusa de nosso lugar entre as coisas. Devemos reconhecer que somos parte de uma ordem maior de seres vivos, no sentido de que nossa vida vem dela e é mantida por ela. Reconhecer isso envolve admitir certo compromisso com essa ordem maior. A idéia é que compartilhar um sistema de vida de sustentação mútua com outras

criaturas cria vínculos: uma espécie de solidariedade existente no processo de vida. Estar em sintonia com a vida é reconhecer essa solidariedade. Mas isso é incompatível com a adoção de uma postura puramente instrumental em relação a esse contexto ecológico” (TAYLOR, 1997, pp. 492-493).

De uma perspectiva mais global pode-se dizer que as teorias expressivas surgem como crítica à unidimensionalidade da razão instrumental<sup>36</sup>. Não que elas não possam coexistir e trocar elementos entre si, até porque elas não são imutáveis, mas é que

“o expressivismo romântico surge em protesto contra o ideal iluminista da razão desprendida instrumental, e as formas de vida moral e social que daí advêm: um hedonismo unidimensional e o atomismo. O protesto (...) (torna-se) ainda mais relevante quando a sociedade é transformada pelo industrialismo capitalista numa direção cada vez mais atomista e instrumental. A acusação contra esse modo de ser é que ele fragmenta a vida humana: dividindo-a em setores desconectados, como razão e sentimento; separando-nos da natureza; separando-nos uns dos outros. Também se acusa esse modo de vida de reduzir ou obscurecer o significado: a vida é vista unidimensionalmente como a busca do prazer homogêneo; nenhuma meta se destaca como tendo importância superior. Há porém uma terceira linha de crítica, mais explicitamente política, de que o atomismo – isto é, uma condição em que cada um define seus propósitos em termos individuais e só se relaciona com a sociedade numa perspectiva instrumental – solapa a própria base de coesão de que uma sociedade livre e participativa precisa para se manter” (TAYLOR, 1997, pp. 529-530).

“O atomismo obscureceu tanto a nossa percepção do vínculo entre ato e consequência na sociedade que as mesmas pessoas que, por seu estilo de vida móvel e voltado para o crescimento, aumentaram em

---

<sup>36</sup> Tal posição crítica também é vista em Polanyi: “separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista” (POLANYI, 1980, p.167).

grande escala as tarefas do setor público, são as que mais protestam por ter de pagar sua parte nos custos desses serviços. A hegemonia dessa perspectiva em nossa política, mais arraigada ainda pela burocracia irresponsável, também representa uma ameaça constante à nossa saúde ecológica” (TAYLOR, 1997, p. 645).

Apesar de toda esta compreensão dos problemas gerados pela razão instrumental, Taylor comete um pecado na formatação da relação hierárquica entre as fontes morais, que é originado de seu posicionamento religioso – este é o foco gerador dos problemas já mencionados. Para ele, nenhuma fonte se sobrepõe a outra nem nenhuma delas domina a identidade moderna. O que há é uma enorme confusão entre elas, pois elas se misturam, interagem, confrontam-se e formam uma complexa teia de inter-relações. Isto é em grande parte correto, mas não inteiramente. É preciso ter em mente que a razão instrumental está perpassando progressivamente toda a sociedade. Há, por parte de Taylor, a percepção algo inexata deste processo. Mas ele está mais preocupado com a justificação da fonte moral religiosa como superior, como única forma sustentável de organizar o mundo: tal posição fica claramente exposta no decorrer do texto<sup>37</sup>. Sua posição evoca uma verdade superior que não é passível de verificação científica nem de contestação; ele se apegava a algo fora do mundo real.

Mas a razão instrumental passa a se sobrepôr à fonte religiosa e à fonte romântica pois a sua associação com o capitalismo é muito grande, sua lógica se encaixa muito bem no crescente processo de mercantilização promovido pelo capitalismo. A este respeito é formidável a posição de MELLO & NOVAIS (1998):

---

<sup>37</sup> “É claro que eu não sou neutro ao apresentar essas questões. Embora tenha me absterido (em parte por delicadeza, mas muito por falta de argumentos) de respondê-las, o leitor desconfia que minha simpatia se volta para a resposta afirmativa, que eu considero o humanismo naturalista defeituoso nesses aspectos – ou, melhor dizendo, que, por mais poderosas que sejam as fontes naturalistas, o potencial de certa perspectiva teísta é incomparavelmente superior” (p. 660).

“os valores capitalistas – a idéia de liberdade entendida como escolha desembaraçada da tradição e de obstáculos externos à manifestação da vontade, isto é, a concepção ‘negativa’ de liberdade; o postulado de que cada indivíduo é capaz de ação racional, de calcular vantagens e desvantagens ajustadas à realização de seus interesses materiais ou de seus desejos, isto é, o *homo economicus* utilitário; o pressuposto de que a concorrência entre indivíduos formalmente livres e iguais acaba premiando cada um segundo seus méritos e dons; o princípio de que o jogo dos interesses individuais leva à harmonia social e ao progresso sem limites, isto é, de que o mercado é o estruturador da sociedade e o motor da história – podem se impor graças à sua funcionalidade para o desenvolvimento do sistema econômico. Mas não devem ser confundidos com o conjunto dos valores modernos. Como se sabe, os valores modernos têm outras fontes morais que emergem, de um lado, da Reforma protestante e da Igreja Católica, e, de outro, do racionalismo ilustrado especialmente nas suas vertentes radicais. (...) Historicamente, a modernidade resulta e avança por meio da tensão permanente entre o conjunto de valores mercantis, utilitários, propriamente capitalistas, e o outro conjunto de valores, fundamentados seja religiosa, seja secularmente. Mais ainda: são os valores modernos não mercantis, não capitalistas que, corporificados em instituições (a democracia de massas, a escola republicana, as igrejas, a família cristã, etc.), põe freios ao funcionamento desregulado e socialmente destrutivo do capitalismo” (pp. 606-607).

Fica claro pelo exposto por Mello & Novais e Taylor, que a razão instrumental vai tomando cada vez mais espaço da esfera social com o avanço do capitalismo. E esta tomada de espaço solapa as diferentes éticas e lógicas existentes na órbita social, em prol de sua visão unidimensional e totalizante. Esta proposição é fundamental e se torna clara aqui: o mundo, os valores, as instituições, os homens estão sendo remodelados de acordo com a ética utilitarista colada ao capitalismo. O avanço do capitalismo não é só a crescente mercantilização das

diversas esferas da vida humana, como bem diria o prof. Belluzzo, é também a crescente penetração destes valores sobre quaisquer outros<sup>38</sup>.

“Destarte, é possível perceber que o avanço do capitalismo faz com que as outras esferas do mundo social sejam modificadas pela penetração da lógica econômica sobre elas. Estas outras esferas: cultural, política, religiosa, psicológica, enfim, passam a ser crescentemente mercantilizadas e submetidas a lógica do capital que se torna dominante” (ANTUNES, 1997, p. 26).

### ***2.3 Os Impactos sobre o Indivíduo***

As duas outras fontes morais também foram incorporadas ao processo de mercantilização<sup>39</sup>, foram fetichizadas, coisificadas. A religiosa progressivamente se manifesta menos em torno de idéias e cada vez mais em torno de atos, de rituais, enfim, de objetos que podem ser comercializados. Ser fiel de uma determinada religião implica muito mais posse de uma determinada série de mercadorias produzidas em torno de tal seita que um conjunto de valores. A religião ganha um caráter nitidamente utilitarista.

---

<sup>38</sup> “A globalização, em seu desenvolvimento concreto, se apresenta, na verdade, como a ‘regeneração’ das três tendências centrais e inter-relacionadas do capitalismo: 1) a mercantilização acelerada de todas as esferas da vida, inclusive daquelas até agora protegidas (amor, lazer, religião); 2) a universalização da concorrência; e 3) a concentração do poder econômico e político. Isso significa, em primeiro lugar, condicionar o acesso de todos os bens da vida ao impulso cego da acumulação de riqueza sob a forma monetária e abstrata, estreitando o espaço ocupado pelos critérios diretamente sociais, derivados do mundo das necessidades” (BELLUZZO, 2000).

<sup>39</sup> O próprio reducionismo é um dos motivos desta força irrefreável pois a contenção do desenvolvimento da razão associada ao trabalho torna as certezas mais fáceis que as dúvidas. “Bertrand Russell, cuja reputação começa a recuperar-se de longo crepúsculo, teria dito que o problema do mundo era os burros estarem cheios de certezas, enquanto os inteligentes se caracterizavam pelas dúvidas” (RICÚPERO, 2000). Tal discussão, muito complexa, foge muito aos interesses deste trabalho. Mas aqui ainda cabe uma citação de NIETZSCHE (1881, apud KURZ et alii, 2000, p. 15): “No fundo agora se sente... que um tal trabalho é a melhor polícia, pois detém qualquer um e sabe impedir fortemente o desenvolvimento da razão, da voluptuosidade e do desejo de independência. Pois ele faz despendar extraordinariamente muita força de nervos, e despoja esta força da reflexão, da meditação, do sonhar, do inquietar-se, do amar e do odiar”.

A ética romântica-expressiva também não foge de tal processo: a expressão do *self* deixa de ser um processo subjetivo de auto-conhecimento para manifestar-se através de mercadorias. O aumento do consumo de drogas, os manuais de auto-ajuda não são nada mais que uma comercialização do “eu”. A própria rebeldia adolescente, fenômeno de inspiração romântica que surge junto com o capitalismo, também deixa de ser uma expressão da personalidade individual. Ela passa a se manifestar através de determinadas mercadorias – sejam drogas, *piercings*, roupas, calçados, etc. Uma sacada muito interessante para esta dissertação é percebida por Baudrillard:

“O ‘direito ao ar puro’ significa a perda do ar puro como bem natural, a sua passagem ao estatuto de mercadoria e a sua redistribuição social. Seria bom não considerar como progresso social objectivo (a inscrição como ‘direito’ nas tábuas da lei), o que não passa de progresso do sistema capitalista – isto é, de transformação progressiva de todos os valores concretos e naturais em formas produtivas, ou seja, em fontes:

- 1) de lucro económico,
- 2) de privilégio social” (BAUDRILLARD, 1995, p. 57).

A razão instrumental, ao reorganizar progressivamente as diversas esferas da vida, vai se impondo através do contínuo processo de mercantilização que traz dentro de si uma severa ética de desempenho. Os diversos campos da vida humana perdem suas qualidades sensíveis em favor de critérios quantitativos<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Baudrillard tem uma posição muito perspicaz a respeito da quantificação, consumo e degradação ambiental que merece ser citada: “os aspectos deficitários, a degradação e a obsolescência não aparecem lá – e se de fato surgem, é sob o signo *positivo*! Consequentemente, os preços do transporte para o trabalho são contabilizados como despesa de consumo! (...) Toda coisa produzida é *positiva*, toda coisa mensurável é positiva. A baixa da luminosidade da atmosfera em 30%, em Paris, durante cinquenta anos, é residual e inexistente aos olhos dos contabilistas. Mas, se ela originar maior despesa de energia eléctrica, de lâmpadas, de óculos, etc., então já existe e manifesta-se logo como aumento da produção e de riqueza social!” (1995, p. 36).

que, obviamente, se pautam pela eficiência e acirram a competitividade<sup>41</sup>. No plano individual, por exemplo, isto aparece de forma muito clara nos dias de hoje sob a idéia do homem moderno, pretensamente liberado, permissivo e tolerante magnificamente visualizados por Costa.

“Como mostram Lasch e Baudrillard, a conversão do corpo e do sexo em objetos de consumo alterou profundamente a representação que o sujeito tem destes componentes de sua identidade. Esta alteração, é bom não esquecer, visa unicamente a atender as necessidades político-econômicas do capitalismo tardio, isto é, manter os valores e a hierarquia de classes, num universo social urbanizado, industrializado e uniformemente integrado pelos meios de comunicação de massa. Por conta desses objetivos, a imagem do corpo foi culturalmente transformada, em dois sentidos: no primeiro, o corpo e o sexo são exaltados como *prova* das virtudes do capitalismo. Os indivíduos são convencidos de que nenhuma sociedade é ou foi capaz de outorgar tanta ‘liberdade’, *autonomia*, *prazer* e bem-estar a seus membros. Cria-se o mito da igualdade diante dos direitos do prazer, simulacro da igualdade diante dos direitos do homem, e reforça-se a ideologia da competição e do sucesso individual. Só os incapazes, os que opõem entraves psicológicos à aquisição deste bem-estar, permanecem marginalizados da democracia do corpo e do prazer. (...) É o lado que exhibe a excelência do regime.

O segundo sentido complementa o primeiro e procura sanear as mazelas e detritos que o decantado progresso técnico não consegue

---

<sup>41</sup> É importante que se diga que esta discussão se dá num plano elevado de abstração e que desde Tocqueville este movimento é percebido: “(...) os homens já não estão unidos por castas, classes, corporações e linhagens, tendendo por isso fortemente a ocupar-se apenas de seus interesses particulares, a pensar somente em si mesmos e a retirar-se a um individualismo em que toda virtude pública acaba sendo sufocada. (...) Já estavam inclinados ao isolamento: ele os isola; já estavam esfriando suas relações mútuas: ele faz com que congelem definitivamente. Já que em tal sociedade nada é fixo, cada um sente-se permanentemente excitado, em parte pelo medo de fracassar, em parte pelo impulso de subir na vida; e como nesse estado o dinheiro, ao tornar-se ao mesmo tempo o critério principal que classifica os homens e condiciona sua categoria social, alcançou mobilidade extraordinária, passando sem cessar de uma mão para outra, mudando a situação dos indivíduos, elevando ou rebaixando as famílias, não há quase ninguém que não esteja obrigado a fazer esforços desesperados e contínuos de assegurar-se dele ou de adquiri-lo” (TOQUEVILLE, 1978 (1856), p.09, apud KURZ (1993).

esconder. Esta mesma sociedade que diz liberar os corpos de sua função instrumental (trabalho e reprodução da espécie) para entregá-los ao 'direito do prazer', é a sociedade que polui o ambiente; incentiva a competição e a concorrência por prestígio, *status*, celebridade; fabrica guerra entre sexos e gerações, mata muitos de fome e abarrota uns poucos de comida e, enfim, ameaça a todos, democraticamente, com a iminência do enfarte. (...) A vida, ensina o capitalismo moderno, é um 'mar de rosas' para os que são livres. Como todos foram liberados para gozar, só os incapazes continuam a sofrer" (COSTA, 1984, pp. 178-180).

Quer dizer, o sujeito se vê obrigado a seguir o padrão vigente de ser "o melhor". Em todos sentidos possíveis, no trabalho, no sexo, com os amigos, etc.

Mas "(...) ninguém está à altura deste ideal, por um motivo simples: ele não é criado para ser alcançado e, portanto, para saciar o prazer dos indivíduos, mas para mantê-los em estado de perpétua insatisfação, que é o combustível do consumo. Junto com novos modelos de roupa, aparelhos de som, televisores, calculadoras eletrônicas, vídeo-cassetes, microcomputadores caseiros, relógios cronometrados, etc., os novos modelos de beleza, saúde e prazer são construídos numa velocidade vertiginosa" (COSTA, 1984, p. 181).

E este padrão de desempenho é fortemente quantitativo e totalizante: determinada pessoa é melhor porque ganha mais que a outra, Sicrano é melhor que Beltrano porque conquista mais mulheres e por aí vai, tal processo não tem fim.

"A pressão psicológica e social da mobilidade, do estatuto, da concorrência a todos os níveis (rendimento, prestígio, cultura, etc.) torna-se cada vez mais pesada para todos. (...) Em última análise, o preço mais elevado da sociedade de consumo é o sentimento de insegurança generalizada que ela engendra..." (LISLE apud BAUDRILLARD, 1995, p. 35).

"É aqui que toda a psicofuncionalidade, antes analisada, assume todo o seu sentido econômico e ideológico. O corpo ajuda a vender. A

beleza ajuda a vender. O erotismo promove igualmente o mercado. E não é este o menor dos motivos que, em última estância, orientam todo o processo histórico de 'libertação do corpo'. Com o corpo acontece a mesma coisa que com a força de trabalho. *Importa* que seja 'libertado e emancipado' de modo a ser racionalmente explorado para fins produtivistas" (BAUDRILLARD, 1995, p. 143).

Tal processo pode ter sido positivo por liberar a humanidade de muitas amarras, a famigerada missão civilizatória do capital, mas a ênfase crescente na eficiência e no utilitarismo associada a mercantilização progressiva criou uma nova sociabilidade que se dá apenas via mercado, porque os diversos âmbitos da vida humana são reorganizados de acordo com sua lógica unidimensional.

"(...) Com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. Não há nenhuma consideração pelas virtudes, que não sejam as 'virtudes' exigidas pela concorrência: a ambição pela riqueza e a capacidade de transformar tudo, homem e coisas, em objeto do cálculo em proveito próprio" (MELLO & NOVAIS, 1998, p. 581).

Mas isso traz embutido em seu movimento consequências perversas: a destruição do indivíduo e a sua transformação em mero objeto de consumo<sup>42</sup>. A partir deste ponto de vista, fica impossível esconder a lei de ferro da mercantilização e a verdade objetiva das relações sociais que é a concorrência e a generalização do valor de troca no cotidiano e nas relações pessoais.

"É legítimo, portanto, afirmar que a era do consumo, em virtude de constituir o remate histórico de todo o processo de produtividade acelerada sob o signo do capital, surge igualmente como a era da alienação radical. Generalizou-se a lógica da mercadoria, que regula hoje não só os processos de trabalho e os produtos materiais, mas a cultura inteira, a sexualidade, as relações humanas e os próprios fantasmas e pulsões individuais. Tudo foi reassumido por esta lógica,

---

<sup>42</sup> "O que actualmente se procura com mais empenho não é nem uma máquina, nem uma fortuna, nem uma obra: é a personalidade" (RIESMAN apud BAUDRILLARD, 1995, p. 88).

não apenas no sentido de que todas as funções, todas as necessidades se encontram objectivadas e manipuladas em termos de lucro, mas ainda no sentido mais profundo de que tudo é *espectacularizado*, quer dizer, evocado, provocado, orquestrado em imagens, em signos, em modelos consumíveis” (BAUDRILLARD, 1995, p. 205).

#### **2.4 Capitalismo, Teoria Econômica e Utilitarismo**

Mudando um pouco o foco, o utilitarismo também pode ser visualizado na teoria econômica tradicional. Isto é devesas importante aqui pois mostrará como a lógica da teoria econômica neoclássica apóia o avanço da lógica cega e unidimensional do capitalismo. Mézáros, com grande acuidade, aponta o vínculo entre a teoria ortodoxa e sua fonte, o utilitarismo.

“For the new economics the key orienting principle of ‘*equilibrium*’ is inextricably tied to the notion of the individuals’ ‘*utility maximization*’. Everything else is built around these two principles which are never *established*, but always *assumed*. They reciprocally and quasi-axiomatically support one another, constituting thereby the real armour of the theory” (MÉSZÁROS, 1995, p. 87).

O que é corroborado por Myrdal que, em seu livro *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*, argumenta que a ciência econômica contemporânea é filha da filosofia utilitária e da filosofia do direito natural.

Um ponto importante para Myrdal, que marca a origem utilitária da economia, é a noção de *bem-estar geral* – a ser maximizado – que seria a soma dos prazeres e desprazeres de todos os indivíduos. “Estou sugerindo que a teoria econômica, tal como se desenvolveu, representou, em parte, uma racionalização dos interesses e das aspirações do meio onde surgiu” (MYRDAL, 1960, p. 164). A Inglaterra, berço da filosofia radical, foi o centro dos desenvolvimentos teóricos mais significativos nas ciências econômicas. E sua origem intelectual foi o utilitarismo. Logo, é possível encontrar vínculos entre ambos e é exatamente o que a análise da lógica da teoria neoclássica e mais especificamente, neste caso, da

valoração monetária mostra: a razão instrumental – unidimensional e totalizante – incorporando a natureza e a sociedade à sua perversa lógica quantitativa.

Antes de prosseguir a respeito da progressiva e totalitária tendência referida, faz-se mister explicitar que a transformação de tudo em quantidades é uma consequência direta da mercantilização. Simmel, em *A Chapter in the History of Value*, argumenta que o processo de depauperação das qualidades das coisas é imanente ao desenvolvimento social do valor: “the object must first be detached from this sensibility, in order to acquire for our understanding the peculiar significance which we call value” (SIMMEL, 1900). Nessa linha, pode-se dizer que os produtos do trabalho, o homem, a natureza, os valores morais, etc. precisam, para se tornarem intercambiáveis, perder as suas características de valor de uso. O que quer que exista deve ser passível de troca por um certo montante de dinheiro. O que o faz próximo de Marx, nas suas teorizações sobre o valor, apesar de usar uma linguagem não-marxista. Mas o que se deve reter aqui é que para entrar no mercado, é inevitável a transformação unidimensionalizante.

Este movimento totalizante é notado por diversas óticas e autores, tais como Mészáros, Polanyi e Kurz, que partem, diferentemente de Taylor, de Marx. Para eles, grosso modo, tal movimento totalizante é fundado no processo crescente e descontrolado de mercantilização. Antes de mais nada, então, é preciso descrever qual é o fundamento do processo de mercantilização, qual seja, a coisificação das relações sociais, o que tem tudo a ver com o já descrito anteriormente.

“O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. (...) a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua

natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (MARX, 1996, p. 198).

Vê-se que o capitalismo transforma as relações sociais de produção em coisas, em mercadorias, tal como se pretende com o meio-ambiente. Polanyi, por exemplo, coloca que a

"produção é a interação do homem e da natureza. Se este processo se organizar através de um mecanismo auto-regulador de permuta e troca, então o homem e a natureza têm que ingressar na sua órbita, têm que se sujeitar à oferta e procura, isto é, eles passam a ser manuseados como mercadorias, como bens produzidos para venda" (POLANYI, 1980, p. 137).

Mas as mercadorias são coisas de valor abstrato que perdem suas qualidades sensíveis: o homem transforma os produtos do seu trabalho, o local de sua habitação, o todo físico que está à sua volta e que é inextrincavelmente ligado a ele, em coisas<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Há que se considerar que este movimento que está sendo descrito não é intencional, no sentido de que a constituição das estruturas aqui descritas é resultado de ações premeditadas mas sim que resulta de interações e forças diferentes ao longo do tempo, "o caminho é feito andando". O que se procura ressaltar com isso é que não há determinismo histórico, como poderia inicialmente transparecer. A idéia aqui exposta é análoga a de ELIAS (1990(1939), a respeito do surgimento do feudalismo: "Cada vez mais, os historiadores interessados pelas origens do feudalismo enfatizam que esse sistema não foi criação deliberada de indivíduos nem consistiu em instituições que possam ser explicadas de forma simples por outras, anteriores. (...) Calmette descreve de maneira ainda mais clara essa maneira de abordar os processos sociais da história: 'Por mais diferente que o sistema feudal seja do que o precedeu, ele resulta diretamente do mesmo. Não foi produzido por uma revolução ou por uma vontade pessoal. Faz parte de uma longa evolução. (...) O principal não é saber de onde procede o 'elemento feudal', se suas origens devem ser procuradas em Roma ou entre os povos germânicos, mas por que esse elemento assumiu seu caráter 'feudal'. Se essas fundações se transformaram naquilo que sabemos, devemos isso a uma evolução cujo segredo nem Roma nem os germânicos podem nos revelar" (p. 37-38).

Nesse sentido, é importante a posição de Mészáros a respeito da lógica do sistema capitalista. Ele entende o capitalismo como uma forma de organização social progressiva:

“(...) capital is not a ‘material entity’ (...) but an *ultimately uncontrollable mode of social metabolic control*. The main reason why this system must escape a meaningful degree of human control is precisely because it itself emerged in the course of history as a most powerful – indeed up to the present time by far *the* most powerful – ‘*totalizing*’ framework of control into which everything else, including human beings, must be fitted, and prove thereby their ‘productive viability’ or perish if they fail to do so. (...) To be sure, this characteristic makes the system more dynamic than all the earlier modes of social metabolic control put together. But the price that must be paid for this incommensurable totalizing dynamism is, paradoxically, the *loss of control* over the decision making processes. This applies not only to the workers (...) but even to the richest capitalists. For no matter how many controlling shares the latter might be able to boast in the company or companies which they legally own as particular individuals, their power of control within the framework of the system as whole is quite negligible. They must obey the objective imperatives of the system as whole just like everyone else, or suffer the consequences and go out of the business” (MÉSZÁROS, 1995, pp. 41-42).

Bem, deve-se ressaltar que há uma grande semelhança entre o que acaba de ser exposto, a respeito do capitalismo, e as características da razão instrumental, o que corrobora a idéia já colocada da “mútua cooperação” existente entre o capitalismo e a razão instrumental. O motivador *par excellence* da razão utilitária é a eficácia instrumental na busca da felicidade, o que, no fundo, é a mesma lógica cega do capitalismo. O movimento gerado por esta interação é “sem direção”, já que é movido por uma lógica de meios em que a única coisa que importa é o processo de valorização do capital, é a eficiência, o desempenho. Ora, pautar-se em uma lógica de meios significa que não há objetivos finais, o que não deixa de ser

irracional em certo sentido. Investe-se capital para produzir mais mercadorias com mais eficiência para quê? Desmata-se mais com que objetivo? Para gerar mais capital. É um automovimento: capital gerando mais capital. Mas isto é uma lógica de meios, já que o que importa é ganhar cada vez mais dinheiro<sup>44</sup>. Esta é uma meta quantitativa que não leva em conta a qualidade da vida dos seres humanos nem o meio-ambiente. Não se tem um objetivo final, como, por exemplo, não permitir que os membros da sociedade não passem fome e necessidade. Acumula-se capital por acumular num círculo de ferro do qual não se pode escapar e que não tem um sentido, o que é muito diferente das sociedades pré-capitalistas.

Citando KURZ (1993):

“Ainda que o trabalho, como *labor* no sentido antigo, (...) ocupasse completamente o horizonte de vida das pessoas isso acontecia devido ao grau de desenvolvimento relativamente baixo das forças produtivas, no ‘metabolismo entre os homens e a natureza’ (Marx); o trabalho era, portanto, uma necessidade imposta pela natureza (...). No sistema produtor de mercadorias da modernidade, ao contrário, a lógica da necessidade foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e penetração das ciências, rompem a coação e a prisão da ‘primeira natureza’, passam a ser presas numa coação secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma ‘segunda natureza’, cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a ‘primeira natureza’, apesar de sua origem puramente social. (...) A mercadoria pré-moderna distingue-se essencialmente da moderna. A primeira não podia constituir nenhuma forma de reprodução social, permanecendo sempre como uma mera ‘forma marginal’ (Marx) nas relações de produção e apropriação baseadas numa economia não monetária; assim sendo, a sociedade como um todo não era nenhum sistema produtor de

---

<sup>44</sup> The simple circulation of commodities – selling to buy – is a *means* of carrying out a purpose unconnected with circulation, namely, the *appropriation of use-values, the satisfaction of wants*. The circulation of money is, on the contrary, an *end in itself*. The expansion of values takes place only within this constantly renewed movement. The circulation of capital has therefore *no limits* (MARX, 1958, p. 151-152, apud MÉSZÁROS, 1995, p. 260).

mercadorias. O trabalho que produzia mercadorias (por exemplo, o dos artesãos urbanos) permanecia dentro do horizonte social do valor de uso: era uma produção destinada à troca de produtos concretos. Nesse sentido, pode-se dizer que ela 'extingue-se no valor de uso' (Marx), apesar de passar pelas abstrações do processo de troca no mercado.

Mas justamente este não é, de maneira alguma, o processo de produção da mercadoria moderna. O valor, na forma de mais-valia, que nunca antes constituía uma relação de produção, não aparece aqui simplesmente como forma socialmente mediada dos valores de uso concretos; porém, ao contrário, passa a referir-se de forma tautológica a *si mesmo*: o fetichismo tornou-se auto-reflexivo, estabelecendo assim o trabalho abstrato como máquina que traz em si sua própria finalidade" (pp. 25-27).

Vê-se, ademais, que a incontrollabilidade do capitalismo impõe também uma espécie de totalitarismo econômico: tudo precisa se ajustar às suas determinações.

Nos dizeres de Kurz:

"(Atualmente) (...) apenas o Estado e a política integram o âmbito social, enquanto a economia – como já postulavam, no século 18, os fisiocratas e Adam Smith – pertence supostamente à 'natureza' e extrapola, com isso, a teoria social em sentido estrito. Ora, 'leis naturais' não podem ser totalitárias e ameaçar a liberdade; é preciso aceitá-las como ao tempo. (...) Não é difícil reconhecer o pano de fundo social desse pensamento no fato de o ser humano e a natureza deverem se submeter 'totalmente' à máquina social capitalista, a fim de transformar cada átomo ideal, cada idéia e cada sentimento em material do processo de valorização. Na verdade é a própria lógica econômica do capitalismo, portanto, que suscita a vocação totalitária; (...) Dizia Henry Ford que os compradores de seu "Modelo T" poderiam adquiri-lo em qualquer cor que desejassem, contanto que ela fosse preta; do mesmo modo, o pluralismo liberal dá crédito a todas as idéias e a todos os objetos, desde que possam ser comercializados" (KURZ, 1999).

A visão de Kurz sobre a sociedade atual é bem cética:

“Em escala planetária, não há mais sociedade tradicional da qual se possa desfazer-se. E parece que também não há mais ‘lugar’ para um novo estágio de desenvolvimento social no interior da modernidade, porque o processo de valorização econômica começa a esgotar-se. O processo segue adiante, mas somente como processo negativo, como processo de crise que não pode mais ser preenchido por esperanças positivas” (KURZ, 2000).

Outro problema correlato do funcionamento do sistema capitalista, já comentado, é a ausência de uma instância humana de controle, o que nos contrapõe ao ideal de Myrdal: a sociedade, corporificada no Estado, controlando a economia capitalista. Nos dizeres de MÉSZÁROS (1995):

“as a mode of social metabolic control the capital system is unique in history also in the sense that it is, properly speaking, a *subjectless* system of control. For the objective determinations and imperatives of capital must always prevail over against the subjective wishes – not to mention the potential critical reservations – of the controlling *personnel* which is called upon to translate those imperatives into practical directives. (...) In this sense, through the strict determination of their margin of action by capital, the human agents as ‘controllers’ of the system are in fact themselves being on the whole *controlled*, and therefore in the last analysis no self-determining human agency can be said to be in control of the system” (pp. 65-66).

É exatamente o oposto do sugerido por Myrdal: é a economia independentizada se impondo sobre a sociedade e o Estado, com a anuência de ambos.

“The important point here is that the capital system remains uncontrollable precisely because the objective structural relationship between conscious intention and objective expansionary requirement cannot be *reversed* within the parameters of this particular social metabolic system in favour of truly controlling intentions. There can no room for consciously carried out – that is to say, truly autonomous – operative intentions within the structural framework of capital because the imperatives and strictly *instrumental* demands of the system as a whole must be imposed on and *internalized by* the personifications of capital as ‘their intentions’ and ‘their motivations’.

(...) The system follows (and ruthlessly asserts over all individuals, including its 'controlling' personifications) its own 'iron determinations', no matter how grave their implications even for the human survival, and even in the not so long run" (MÉSZÁROS, 1995, pp. 77-78).

Isto é inevitável, como já foi dito, porque no sistema capitalista ou você segue as determinações objetivas do capital em busca de valorização ou você é cuspidor fora do sistema. Mézáros também é muito crítico e muito cético a respeito do futuro do capitalismo<sup>45</sup>, pois ele vê este descontrole expansionista como intrínseco e destrutivo – a ausência de expansão rompe os mecanismos básicos do sistema; o crescimento econômico não é realizado para preencher aspirações humanas mas sim para alimentar a acumulação de capital.

"(...) The necessity to successfully meet the requirements of unconstrainable expansion – the secret of capital's irresistible advance – had brought with it an insurmountable historical limitation as well. This it did not only for the sociohistorically specific form of bourgeois capitalism, but altogether for the viability of the capital system in general. For this system of social metabolic control either had to succeed in imposing on society its ruthless and ultimately irrational expansionary logic, no matter how devastating the consequences; or it

---

<sup>45</sup> "The structural crisis of capital is the sobering manifestation of the system's encounter with its own intrinsic limits. The adaptability of this mode of social metabolic control could go as far as the 'extraneous help' compatible with its systematic determinations allowing it to do so. The very fact that the need for such 'extraneous help' surfaced (...) was always an indication that something rather different from the normality of capital's economic extraction and appropriation of surplus-labor had to be introduced in order to counter the severe 'dysfunctions' of the system. (...) What needs to be stressed here is that no matter how abundant and how varied the forms of twentieth century 'extraneous help' (...) all such help proved to be insufficient for the purpose of securing the system's permanent stability and unchallengeable vitality. Quite the contrary. For the twentieth century state interventions could only intensify capital's 'hybridization' as a social reproductive system, thereby piling up troubles for the future. In the years ahead of us the structural crisis of capital – asserting itself as the chronic insufficiency of 'extraneous help' at the present stage of development – is bound get deeper. It is also bound to reverberate across the globe, even in the most remote corners of the world, affecting every aspect of life, from the directly material reproductive dimensions to the most mediated intellectual and cultural concerns" (MÉSZÁROS, 1998).

had to adopt some rational constraints which directly contradicted its innermost determination as an unrestrainable expansionary system" (MÉSZÁROS, 1998).

Desta forma, um ponto que se reafirma, corroborado tanto por Polanyi<sup>46</sup> como por Baudrillard, é que o avanço do capitalismo sobre as outras órbitas é nefasto tanto para a sociedade como para a natureza.

"Em suma, em toda a parte se toca num ponto em que a dinâmica do crescimento e da abundância se mostra circular e começa a girar sobre si mesma e em que o sistema se esgota, de modo progressivo, na sua reprodução. Limiar de *patinagem*, onde todo o aumento de produtividade passa a alimentar as condições de sobrevivência do sistema. O único resultado objectivo é então o crescimento canceroso dos números e balanços; mas, no essencial, regressa-se propriamente ao estágio primitivo, que é o da penúria absoluta do animal ou indígena, cujas forças se esgotam na preocupação pela sobrevivência" (BAUDRILLARD, 1995, p. 35).

O que se apreende do exposto até aqui é que a lógica do sistema capitalista, a teoria econômica ortodoxa e a razão utilitária têm a mesma origem e operam em diferentes planos de abstração, mas no mesmo sentido. A ligação entre a razão utilitária e o capitalismo, assim como entre a teoria econômica e razão utilitária, já foram ressaltadas; falta a última relação: capitalismo e teoria econômica. A teoria

---

<sup>46</sup> "Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. Esta suposta mercadoria, 'a força de trabalho', não pode ser impelida, usada indiscriminadamente, ou até mesmo não utilizada, sem afetar também o indivíduo que acontece ser o portador desta mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do 'homem' ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas" (POLANYI, 1980, p. 85).

neoclássica, ao colocar o mercado como *deus ex-machina*, abre caminho para o livre funcionamento capitalismo: suas proposições são sempre a favor do funcionamento livre dos mercados, o que permitiria a melhor alocação de recursos. Mas mesmo supondo que se alcance tal alocação de recursos, tal paradigma se posta a favor da crescente mercantilização que, como foi exposto, possui um enorme potencial destruidor sobre a natureza, a sociedade e si mesmo.

O avanço capitalista é potencializado pela justificação social propiciada pelo utilitarismo também na discussão econômica, já que a teoria é eivada de utilitarismo. Este é um ponto pouco considerado: a postura ideológica de tal teoria é extremamente problemática para a sociedade e para a natureza; ao colocar o funcionamento desimpedido dos mecanismos de mercado como o correto, a teoria leva a mercantilização adiante. Qual seria a lógica de se tentar proteger algo do mercado se ele é a panacéia? Na esfera ambiental, então, isto fica mais claro ainda: a colocação da natureza no mercado vai engendrar um processo de devastação e degradação ambiental que, não há sombra de dúvida, ameaçará o futuro da espécie humana na Terra. Tal conclusão, à primeira vista surpreendente, decorre da análise realizada acima pois é consistente com a argumentação apresentada e, novamente, aponta para o afastamento da valoração monetária se se pretende a preservação do meio biofísico.

Destarte, esse movimento cego e descontrolado precisa ser dominado, submetido a objetivos de longo prazo para que seja possível a existência de uma sociedade minimamente civilizada, porque a fundamentação do sistema capitalista reside em gerar mais capital, não em organizar uma sociedade civilizada nem em promover as aspirações humanas ou um maior bem-estar. A solução para modificar a escala de hierarquias existentes no mundo de hoje, isto é, submeter o

---

sistema econômico aos interesses da sociedade passa pela construção de anteparos que evitem, ainda que momentaneamente, o avanço do processo de mercantilização ou pela destruição do sistema capitalista e o fim da lógica da mercantilização. É importante que se frise aqui que qualquer uma destas soluções está calcada em mudanças sociais, movimentos coletivos e que, inevitavelmente, as soluções surgirão deles, não de decisões individuais.

Aliás, este é o motivo da inevitável momentaneidade da colocação de barreiras ao avanço do capitalismo. A falta de unidade entre os interesses dos diversos grupos sociais faz com que as estruturas sociais se movam, em geral, na direção do mais forte. Esta constante movimentação da ordem social, forte em alguns momentos e mais fraca em outros, abre espaço para que o capital e a subjacente lógica mercantil possa novamente se libertar e voltar a dominar a situação. É exemplar disto o que aconteceu no pós-Guerra. A montagem da estrutura do Estado de Bem-Estar Social está associada ao enfraquecimento do poder privado capitalista frente às massas. E a sua desestruturação está também ligada à mudança na correlação de forças sociais em prol do capitalismo financeiro nos fins do segundo milênio.

#### *2.4.1 Teoria Econômica e Geopolítica*

Ainda é preciso abordar uma questão que diz respeito à posição geopolítica do país no mundo e a teoria econômica dominante. É um ponto relevante e merece ser discutido com algum afinco, já que se pode objetar a discussão e as conclusões supracitadas com o argumento de que a economia predominante nos centros capitalistas é muito mais sofisticada e que a percepção das falhas de mercado transforma a situação em prol da regulamentação e do controle dos efeitos perversos do sistema econômico vigente. Não se pode negar que a prática corrente nos países ditos desenvolvidos impõe entraves à progressiva mercantilização –

ainda que cada vez mais frágeis –, o que relativiza um pouco a argumentação anteriormente desenvolvida. Isso acontece apesar de o avanço mercantil sobre as outras instituições fora de sua esfera paulatinamente as reformar na direção da liberalização do mercado. Pode-se dizer então que o processo destrutivo descrito acima é retardado por entraves institucionais que são lentamente retirados, tal como Polanyi demonstra a respeito da liberalização ocorrida no século XIX, cujo desfecho foi a crise de 1929.

Entretanto, a teoria e a prática dominantes nos países subdesenvolvidos são bem diferentes: o arcabouço econômico é fortemente influenciado pela abordagem das instituições multilaterais – FMI, OMC e Banco Mundial –, que têm um posicionamento claramente pró-mercado, baseada numa formulação neoclássica ortodoxa. Nestas plagas, as barreiras ao avanço do capitalismo e de seus efeitos deletérios já eram menores, dado o menor grau de coesão e organização social. Então, o efeito destrutivo é ainda maior que nos outros locais, já que a resistência à barbárie é menos intensa<sup>47</sup>.

Ao final desta exposição, torna-se muito clara a resposta à questão formulada no início deste capítulo, sobre a adequação da proposta neoclássica de valoração monetária ambiental e sobre o cabimento da mesma. Não é possível, de maneira teoricamente consistente, dar preço a natureza, isto é, colocá-la no mercado, sem engendrar um processo progressivo de degradação e destruição com consequências fora do controle e do conhecimento humano. A penetração da razão instrumental sem direção deve ser contida de todas as formas possíveis em prol da civilização.

---

<sup>47</sup> A contínua deterioração da situação social dos países latino-americanos é exemplar de como tais efeitos negativos podem ser potencializados por uma baixa organização e homogeneidade social.

## Capítulo 3

*“Queiramos ou não, o planejamento foi a grande invenção do capitalismo moderno. Esta é uma técnica fundamental para a ação racional. Significa ter referências com respeito ao futuro, portanto, usar a imaginação para abrir espaço.”*  
(Celso Furtado)

### **3.1 Introdução**

Neste capítulo se discutirá um esboço de alternativa à valoração monetária ambiental, no intuito de continuar a abrir novos caminhos na área, tal como fizeram QUADROS & CANUTO (1997). Antes de mais nada, entretanto, deve-se discutir a fonte das políticas de proteção ambiental. Sem sombra de dúvida, a proteção ambiental surge como desdobramento das políticas de proteção social. Estas são fruto das lutas sociais dos países desenvolvidos e da chegada ao poder de partidos, em geral, social-democratas, que possuíam propostas de defesa da sociedade e dos mais fracos. O momento histórico é o do fim da Era da Catástrofe, os anos em que transcorreram a Grande Crise de 1929 e as duas Guerras Mundiais.

A ameaça do comunismo é maior do que nunca e a criação de redes de proteção social é uma das formas encontradas para conter a insatisfação social de anos de devastação e esforço. Foram montadas diversas formas de proteção social, quais sejam: previdência social, saúde e educação gratuitas, benefícios trabalhistas, entre outras tantas<sup>48</sup>. É bom ressaltar que toda esta estrutura de intervenção social e

---

<sup>48</sup> “En el medio siglo, El Estado (...) se há convertido en un democrático ‘Estado benefactor’, com promesas bastante explícitas de alcanzar las metas del desenvolvimiento económico, de trabajo para todos, de igualdad de oportunidades para los jóvenes, de seguridad social y de normas mínimas protegidas en lo que se refiere no solo a ingresos, sino a alimentación, vivienda, salud y educación para las personas de todas las regiones y de todos los sectores sociales” (MYRDAL, 1961, p. 74).

econômica é o produto de um longo processo de mudanças fragmentadas e gradualmente induzidas. As medidas são implementadas de maneira independente entre si e por pressão dos mais diversos grupos sociais.

O aumento deste volume de intervenções do Estado na vida econômica foi enorme, em larga medida por causa dos intermináveis transtornos econômicos e internacionais que se acumulavam uns sobre os outros (MYRDAL, 1961, p. 35). E a intervenção estatal acabou por ser benfazeja, já que se logrou atingir a estabilização da situação interna dos países. O objetivo de conter os ânimos exacerbados foi exitoso ainda mais porque a era de grande prosperidade que se seguiu durou longos trinta anos. É o que Myrdal chamou de “harmonia de interesses criada” porque

“ha sido consecuencia de un largo proceso histórico durante el cual las fuerzas del mercado han sido cada vez más intensa y eficazmente reglamentadas por actos de intervención pública y privada, de suerte que éstos, a medida que crecen en número e importancia, tienen que ser coordinados y planificados de um modo cada vez más amplio. La armonía que se está realizando es, una ‘armonía creada’, creada por la intervención y por una coordinación planificada de las intervenciones. Es lo contrario de la armonía natural de los antiguos filósofos y teóricos liberales” (MYRDAL, 1961, pp. 91-92).

A idéia era proteger algo que, deixado às forças do mercado, seria destruído rapidamente, como bem mostra Hobsbawn, em *A Era dos Extremos*, e Myrdal, em *El Estado del Futuro*. Quando ficou indubitavelmente claro que a situação ambiental tinha degradingado, foram criadas políticas de proteção ambiental. Estas, como não poderiam deixar de ser, teriam que se originar da transposição das idéias de salvaguardas sociais para a área ambiental, já que, frente a uma situação desconhecida, eram o único tipo de solução à mão.

### **3.2 As Políticas de Comando & Controle**

As políticas de proteção ambiental que trabalham a partir de normas e regulamentações são também conhecidas como Políticas de Comando & Controle (C&C). São impostas pelas instâncias governamentais responsáveis pelo meio-ambiente, que objetivam disciplinar o uso dos recursos e preservar áreas consideradas importantes. Uma outra forma de intervenção possível na problemática ambiental é o uso de instrumentos econômicos tais como taxas sobre emissão de poluentes e licenças de poluição negociáveis. Estas se originam da transposição das idéias da economia neoclássica para a área ambiental, sempre na direção da adoção do mercado como panacéia. Como já foi explicitado nos primeiros capítulos, a busca pela utilização de mecanismos de mercado para dirimir os problemas ambientais só potencializa a predação ambiental. Portanto, nesta tese se advogará o uso de políticas de Comando & Controle já que são a forma que evita a mercantilização do meio ambiente. Além do mais, também são muito mais disseminadas e reconhecidas mundialmente por sua maior capacidade de recuperar áreas problematizadas e por evitar novos danos ambientais com mais facilidade, enfim, por sua eficiência ecológica (ALMEIDA,1994, p. 133).

“As inúmeras ressalvas feitas à aplicação de instrumentos econômicos, notadamente a divergência entre as suas alegadas vantagens teóricas e seus impactos efetivos, constituem um outro forte motivo para se preferir a regulação direta (ALMEIDA,1994, p. 134)”<sup>49</sup>.

As políticas de regulação são muito variadas pois dependem da forma histórica como elas foram definidas. As já citadas políticas de proteção social também são muito diferentes de país para país, o que aponta para diferentes

---

<sup>49</sup> Este debate é extenso e realizado em ALMEIDA (1994). Tal questão foge ao foco central deste trabalho.

políticas de Comando & Controle já que elas vão sendo definidas de acordo com as necessidades do momento histórico, relações de poder, grau de desenvolvimento, nível de conscientização ecológica da população, estruturas de mercado, etc. (ALMEIDA, 1994, p. 92). Elas podem ser mais exigentes e restritivas em um país e não em outro, assim como em relação a determinado problema menos rigorosa que em outro.

Como as políticas regulatórias possuem formas e conteúdos muito distintos, deve-se optar por uma formulação mais democrática. Isto é de importância vital pois as soluções necessárias para problemas tão grandes quanto o ecológico só podem surgir de consensos coletivos, da união de todos por uma mudança estrutural que impeça a destruição engendrada pela lógica capitalista. Um outro intuito do viés democrático é permitir que a normatização contemple as diversas faces do problema, o que, com certeza, surgirá de um debate democrático que inclua a comunidade como um todo. Outra vantagem é um maior interesse e apego às regras por parte dos envolvidos, afinal de contas, eles também são responsáveis pela sua formulação.

A formulação das políticas deve ser democrática, como tudo numa sociedade democrática. Entretanto a fiscalização e a coerção não devem ser feitas pelos penalizados, que têm incentivo à burla das regras. Tal tarefa cabe à autoridade ambiental que também pode ser auxiliada pela comunidade, desde que esta não seja colocada como responsável. Esta é uma política pública e de interesse público e, como tal, deve pertencer à esfera pública da qual o Estado é o representante-mor e seu defensor *par excellence*.

Já a defesa de políticas de regulação vis-à-vis o uso de instrumentos econômicos se origina, como não poderia deixar de ser, do imperativo que advém da posição contrária à mercantilização da natureza. Assim como a valoração monetária, a utilização de mecanismos de mercado é ligada, na maioria dos casos,

à visão neoclássica descartada no capítulo anterior pelo seu potencial destrutivo. E as políticas de Comando & Controle se encaixam muito bem na visão anti-valorização monetária. Aliás, o esboço de alternativa aos métodos de valorização monetária é, grosso modo, uma união de Políticas de Comando & Controle com métodos de efetividade de custos, o que torna prescindível a valorização neoclássica. Antes de se chegar a uma conclusão sintética, é preciso desenvolver primeiro um quadro analítico do referido método proposto.

### ***3.3 Um Esboço de Alternativa***

Esta alternativa à valorização ambiental busca tratar e avaliar a implantação de projetos/empreendimentos que afetam o meio-ambiente e as políticas de desenvolvimento regionais e/ou nacionais, tanto a nível macro como a nível micro.

Então, para começar, deve-se pensar que, como os estoques biofísicos são limitados, sua utilização deve se dar dentro de sua **capacidade de suporte**. “Determinado em termos físicos, esta capacidade define o máximo de uso sustentável, tomando-se este critério como equivalendo à não-redução do estoque de recursos naturais-ambientais em cada momento no tempo” (QUADROS & CANUTO, 1997, p. L).

Este ponto é crucial já que a superação da capacidade de suporte de determinado local leva à inevitável degradação. Pode-se enriquecer ainda mais a análise, agregando mais nuances à situação ao se considerar as degradações anteriores, irreversíveis ou não. Os usos passados dos recursos impactam os novos empreendimentos pois os mesmos se encontram em determinado estado por causa do que se passou com o recurso anteriormente. E, dessa maneira, os empreendimentos devem contemplar a possibilidade da recuperação da depreciação existente e a influência, na situação atual do recurso, dos referidos empreendimentos. A existência de depleção dos recursos ambientais tem que ser

levada em conta ao se avaliar os novos efeitos, apesar disto, em geral, não entrar no cálculo dos agentes. Por isso, a análise destes impactos mostra-se imprescindível.

É preciso, portanto, levar em conta a irreversibilidade das ações tomadas em relação ao meio ambiente.

“Biological changes resulting many uses may also be irreversible. Though some tropical forests may eventually return to a forested state, for example, the changes are likely to be substantial. The regenerated forest may superficially resemble the original forest, but the changes in species composition and others factors may be so great that the replacement forest cannot be considered to be the same as the original forest (Jordan 1986). Destruction of the habitat may also have resulted in local or even global extinction of animal species. In the former case, restocking from other areas may be possible, but if global extinction has occurred the change is truly irreversible ” (DIXON & SHERMAN, 1990, p. 31).

### 3.3.1 A Necessidade da Ótica Pública

A necessidade de uma avaliação pública surge desta percepção de que os agentes não são capazes de visualizar adequadamente a capacidade de suporte e os seus efeitos sobre ela, já que são sentidos apenas na medida em que impactam o agente degradador. Há um descompasso entre a ação do agente econômico e a percepção dos efeitos de sua ação sobre o meio ambiente que não é superável de maneira individual. Segundo QUADROS & CANUTO (1997), há quatro situações em que isso ocorre:

“(A) quando os benefícios derivados da conservação/recuperação dos recursos não forem diretamente apropriáveis pelos usuários e, portanto, não exista estímulo econômico automático para que a conservação/recuperação seja efetuada nos patamares ótimos. Esta é uma situação frequente nos casos de recursos de uso comum ou de difícil apropriabilidade privada no uso. (...)”

(B) A divergência de cálculos de custos-benefícios públicos e privados também pode se colocar quando há presença de externalidades – positivas ou negativas – significativas entre distintos usuários. (...)”

(C) O cálculo público dos custos-benefícios também se coloca necessário quando a gestão pública estima haver informação imperfeita por parte dos usuários ou quando acredita estarem distorcidos alguns dos preços correntes de mercado, que orientam os cálculos privados. (...)

(D) Finalmente, justifica-se a análise pública quando os critérios normativos adotados pelos gestores, quanto à ponderação dos impactos sociais de custos-benefícios econômicos, não coincidem com aqueles expressados via mercados” (1997, pp. L-M).

Concretamente, pode-se pensar em inúmeros casos onde a capacidade de suporte ambiental sofre tal impacto. Pegue-se o exemplo, dado pelos autores supracitados, da produção pesqueira. O teto dado pela capacidade de suporte ambiental não é levado em conta pelos agentes que, em geral, abandonariam a atividade naquele local específico quando do esgotamento dos recursos em questão. Faz-se necessária a intervenção da autoridade ambiental no sentido de coibir o desgaste do recurso, via regulamentação e fiscalização. Outro exemplo interessante a ser mostrado é dos

“requisitos de infra-estrutura atribuíveis especificamente ao projeto/atividade de recreação e cuja responsabilidade pela implantação não seja diretamente assumida pelos usuários deverão também compor custos, bem como no caso da conservação dos recursos (situação A). Particularmente no caso de serviços ambientais não-comercializáveis, é frequente a desinformação dos usuários quanto às externalidades entre usos distintos, mesmo quando estas externalidades recaem sobre os próprios usuários (situação C) (QUADROS & CANUTO, 1997, p. P).

Este descompasso existente entre a ótica pública e privada é imanente e fica patente no caso da ordenação da ocupação territorial e na exploração de recursos naturais, como já foi demonstrado, mas ganha urgência no caso da poluição também. As indústrias são paradigmas do problema público/privado em relação à poluição. A utilização do ar, de rios, enfim, dos recursos ambientais como

dispersores de seus resíduos gera externalidades a outros agentes e, via de regra, não considera a capacidade de suporte ambiental.

A questão central de tudo que foi exposto aqui é que o comportamento predador é generalizado e coaduna com a visão apresentada no capítulo 2 a respeito do capitalismo e de suas manifestações em esferas menos abstratas da realidade. Como não se antevê no horizonte temporal uma mudança de fundo na lógica da sociedade contemporânea, a saída que se mostra viável é adoção de barreiras ao avanço da predação. Não se pretende paralisar a atividade econômica, mas fazer uma gestão adequada do uso dos recursos ambientais. Ora, isto leva diretamente às políticas de Comando & Controle.

Conforme já foi dito antes, umas das idéias que se defende neste trabalho é que tais políticas sejam formuladas a partir de um amplo debate – tanto nacional no que se refere às questões mais gerais, como local no que cabe aos problemas menores – para determinar o formato e o conteúdo de tais políticas. Este debate, que gerará as regulamentações, deverá contemplar os principais aspectos em que se pode dividir o problema ambiental: o biofísico, as finanças públicas, o social e o econômico. Não se propõe a primazia de nenhum deles e esta é uma das suas principais vantagens, já que se deve levar em conta os argumentos dos mais diversos setores sociais e das diferentes esferas do conhecimento humano.

### *3.3.2 A Respeito da Avaliação Econômica*

No que se refere à avaliação econômica, deve-se dizer que ela permite verificar qual é o impacto de projetos futuros sob as finanças públicas e a viabilidade dos mesmos em sustentar o meio-ambiente em que ele se insere e do qual obtém substrato. A partir desta análise, é possível propor modificações em prol do estoque biofísico já que pode-se alterar o dado projeto para que ocorram mais

gastos com a preservação ou podem ser providos subsídios variados para que se mantenha a capacidade de suporte existente.

A análise determinaria também a viabilidade de mudanças de local de retroportos, desvios de rota de transporte, demarcação de áreas de pesca, alterações tecnológicas, eliminação de marinas em projetos hoteleiros, ocupação costeira, entre outros. Ela deveria, pelo menos em parte, dirimir usos conflitantes que poderiam ocorrer, por exemplo, na impossibilidade de se combinar, num mesmo local, uma área de preservação ambiental e uma atividade de pesca industrial.

A abdicação da valoração monetária permite maior clareza e realismo a respeito do que se está fazendo. De acordo com QUADROS & CANUTO (1997),

“(...) nem todos os valores de recursos são traduzíveis em termos monetários de modo amplamente aceitável. Não apenas por contestação ou questionamento dos métodos adotados, como pelo fato de que a eficiência econômica não constitui o único critério considerado importante diretamente pela sociedade ou por decisores de políticas, colocando-se com frequência em conflito com outros objetivos possíveis” (pp. V-W).

DIXON & SHERMAN (1990) defendem que

“since the financial analysis is designed only to examine costs and benefits as measured by market prices, it leaves out key factors that are not bought or sold. Many of the benefits of conserving natural areas are difficult to measure and are not exchanged in markets” (p. 3).

Além do mais, em se tomando a posição, defendida aqui, de que se deve estabelecer parâmetros absolutos restritivos<sup>50</sup>, a questão neoclássica perde o

---

<sup>50</sup> A definição dos ditos parâmetros tem que levar em conta os limites ambientais de suporte e precisa ser formulada democraticamente.

sentido. Ao se definir as formas de exploração de determinado recurso, deixa de haver qualquer razão para se calcular algo como o valor de opção ou de existência.

Este posicionamento é muito importante. DIXON & CARPENTER & FALLON & SHERMAN & MANOPIMOKE (1988) defendem a análise de efetividade de custos nos casos em que: os fundos são limitados; os dados inadequados e o nível de conhecimento insuficiente (p. 43). Faz-se mister frisar que estes autores optam, em algumas situações, por uma valoração contingente. Mas, dada a argumentação desenvolvida nesta dissertação, ela não deve ser utilizada pelos inúmeros motivos já expostos.

E mais importante ainda é que se se for considerar as condições impostas por estes autores para a utilização da efetividade de custos, de uma forma ou de outra, elas sempre se verificam na realidade. Não existe nenhuma situação em que a quantidade de recursos disponíveis, os ditos fundos, sejam ilimitados. Sempre os dados obtidos por uma valoração monetária são imprecisos e inadequados para decisões tão relevantes e irreversíveis. Em nenhum momento é possível se afirmar que se tem conhecimento suficiente sobre a natureza, a ponto, por exemplo, de se estabelecer que pode-se abrir mão de determinada biodiversidade.

Então, deve-se agora mostrar como ela funciona em termos práticos. A partir da avaliação ecológica, deve-se perscrutar, dada a capacidade de suporte do meio biofísico, qual o potencial de geração de renda e emprego e qual o custo da preservação da área que não será afetada pelo empreendimento. Deve-se modificar as avaliações de projeto, relativas às análises de custo-benefício, no sentido de se apreender quais modificações vis-à-vis sua efetividade são viáveis na manutenção da área ambiental preservada.

“The first step of CEA (Cost-effectiveness analysis) is to decide on a target – for example, maximum acceptable levels of soil erosion, a certain level of water quality, a minimum population of certain species, or a desired output of timber. The target must be set at an

appropriate level. Even though benefits cannot be valued precisely (which is why this technique is used), trade-offs among different targets and costs involved in achieving them must be considered. Once the target is established, the CEA examines various ways of reaching it. The costs of these alternatives are then evaluated and the least-cost alternative is chosen. (...) Moreover, they provide a means of evaluating the benefits and costs of preventing or mitigating harm *before* the damage is done" (DIXON & SHERMAN, 1990, pp. 43-46).

Estabelece-se o padrão a ser seguido através da capacidade de suporte ambiental e da discussão com os envolvidos, escolhendo-se entre as alternativas que atingem o mínimo estabelecido qual é a mais eficiente e/ou menos custosa. Entretanto, há que se considerar o caso apresentado por DIXON & CARPENTER & FALLON & SHERMAN & MANOPIMOKE (1988, pp. 44-46).

Em muitos casos, por exemplo, no projeto de instalação de uma indústria petroquímica é preciso optar por uma determinada tecnologia produtiva. A autoridade ambiental tem o seu padrão ambiental para qualidade do ar que fixa em 90 PPM (partículas por milhão) o máximo para a emissão de partículas por um indústria no tal local, só para ficar com o efeito mais aparente. Pode ocorrer uma situação em que as diferentes tecnologias possuem custos discrepantes e efeitos sobre o ar muito distintos. No caso, a tecnologia A custa R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e emite 85 PPM, a B custa R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) e emite 120 PPM e a C custa R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e emite 95 PPM.

A situação que se configura é muito instrutiva e elucidadora deste método alternativo. A alternativa tecnológica B é claramente inadequada. Agora, se a situação do ar é muito precária, a autoridade ambiental não pode transigir e deve exigir a instalação da tecnologia A. Se, ao contrário a situação do ar é da mais favoráveis e o padrão é exigente – como deve ser – mas em outros países desenvolvidos é um pouco mais relaxado, a Organização Mundial de Saúde

também defende um padrão algo mais baixo, a atratividade social é muito elevada e a tecnologia A é inviável economicamente, pode-se reduzir a exigência e permitir a instalação da tecnologia C. Isto é válido e deve estar presente a todo momento nas negociações realizadas ao redor do projeto. Dessa maneira, na avaliação de um projeto de investimento que impacta o meio-ambiente, o que se procura medir é o custo da preservação do meio.

Este tipo de análise se encaixa perfeitamente às políticas de Comando & Controle já que se intenta alcançar um determinado número de objetivos ao menor custo possível, o foco deste método está na obtenção de certo padrão ou objetivo. No caso de um hotel a ser construído numa praia que se encontra numa área de preservação, deve-se incluir nos seus cálculos de rentabilidade quais as alternativas disponíveis com as respectivas efetividades na manutenção da capacidade de suporte e da integridade da gleba que permanecerá intocada. Este ponto é importante: o custo efetivo não é nada mais que a análise de quais são os custos das diversas formas de preservação vis-à-vis os resultados proporcionados por elas. A avaliação das diversas medidas que podem ser tomadas para preservar a área é a forma mais correta, já que se procura pela de custo mínimo com a efetividade desejada e preestabelecida.

Ao fazer isto, não se está valorando monetariamente a natureza e ao mesmo tempo se está expondo quanto custa preservar a natureza do local. Este custo é que precisa ser discutido com os atores sociais: o empreendimento é bom socialmente, isto é, gera empregos a contento? Se gera, e o custo da preservação é elevado, é merecedor de subsídio ou outra forma de apoio governamental? A destruição ambiental que ele provoca é aceitável, ecologicamente falando, e, mais ainda, é um dano passível de ser consentido? São questões deste tipo que devem ser formuladas.

### 3.3.3 O Mecanismo de Funcionamento

Um método como este pretende ser mais um instrumento de negociação entre os diversos atores sociais que uma solução final para todos os problemas ambientais. É iterativo, pois seu funcionamento exige rodadas sucessivas de negociações para se obterem resultados, que são consequências da interação entre os agentes e as diversas óticas de análise. Mas é bom ressaltar que tal processo não acaba com a implantação do projeto. Ele deve continuar permanentemente, deve possuir um monitoramento contínuo, que permita a correção de equívocos. A interação entre os agentes e as negociações geram soluções que parecem ser as melhores naquele dado momento, mas que podem não ser num segundo momento. E mais importante ainda, o monitoramento é importante para que se cumpra o acordado e para que as partes envolvidas se sintam na obrigação de manter os compromissos assumidos.

Este método permite uma base qualificada pelo conhecimento possível da situação e expõe quais são as vantagens e desvantagens:

- sociais, principalmente no que se refere à geração de novos empregos *versus* destruição de velhos empregos, comparando a qualidade dos mesmos;
- ambientais, permite visualizar, na medida do possível, qual o impacto sobre a capacidade de suporte ambiental e qual a destruição proporcionada pelo objeto da análise;
- financeiras sob o Estado, considerando aqui a provisão de infra-estrutura, os possíveis aumentos de arrecadação dos diversos tributos e contribuições – federais, estaduais e municipais – frente aos também possíveis subsídios devidos à preservação ambiental, por exemplo;

- econômico-privadas, isto é, a atratividade do empreendimento, sua lucratividade, seus fluxos de caixa, retorno do investimento, etc.

Dessa forma, a cada etapa do processo deve se gerar as seguintes avaliações:

- da atratividade ambiental do projeto, no que cabe às possibilidades de preservação e/ou recuperação do meio biofísico;
- da atratividade social – principalmente no se refere aos impactos sobre os estratos inferiores da distribuição de renda;
- da capacidade de absorção dos agentes econômicos dos custos imputados pelas mudanças necessárias para se adequar o projeto proposto às prioridades ambientais e sociais;
- do impacto sobre as finanças públicas: dos possíveis subsídios e isenções de impostos, dos supostos aumentos de receita tributárias nas diferentes esferas de governo e dos gastos na provisão de infraestrutura.

Calcados nestas diferentes bases de dados, os agentes podem discutir o quanto se deve – ou pode – abrir mão para que se estabeleça um hotel, por exemplo. Se, por suposição, o hotel, de alta lucratividade, gerar 100 empregos diretos e elimina 100, muito mais precários, socialmente tal empreendimento pode ser vantajoso<sup>51</sup>. Mas, ao mesmo tempo, ele vai destruir uma parte importante de beleza cênica e da mata virgem. Quer dizer, ecologicamente, é um em-

---

<sup>51</sup> A atratividade social não deve simplesmente atentar para a geração de emprego vis-à-vis os empregos destruídos. É mais importante a manutenção das comunidades tradicionais que a simples geração de empregos qualificados, já que sua destruição implica em migração da população local em direção aos grandes centros urbanos. Isto tem terríveis desdobramentos, a saber: aumento da favelização das grandes cidades, incremento nos índices de violência,

preendimento problemático. Tal hotel também gerará pouca arrecadação em termos de tributos federais; entretanto, os municipais serão bem elevados.

Têm-se uma situação em que os agentes precisam se sentar à mesa e negociar a melhor solução, qual seja: reduzir a lucratividade do empreendimento, para melhor preservar o meio; não realizá-lo; dar subsídios para a melhor preservação e constituição de melhores empregos etc. O importante é se alcançar uma solução, o que provavelmente se obterá com a concessão parcial dos diversos agentes, com anuência da autoridade ambiental, representante da ótica pública.

Esta forma de avaliação é baseada em diversos critérios, o que a aproxima de uma técnica conhecida como “multi-critério” que, a partir da definição de diferentes pesos aos diversos critérios, utiliza-se de uma matemática não-trivial. Pode se prescindir deste método, pois a utilização das negociações como a forma de se chegar a um resultado é mais transparente e fácil para os agentes. Em sendo mais cristalino, o resultado depende menos do grau de instrução dos envolvidos, só para ficar num exemplo. E o processo de definição do peso das diversas óticas vai sendo montado no decorrer do próprio, diferentemente da análise multi-critério, onde os pesos são dados de antemão, ainda que possivelmente estabelecidos num debate democrático.

Se a intenção for gerar um planejamento pretérito das alternativas de uso possíveis, o método deve ser ajustado para compreender as opções conhecidas e factíveis, considerando-se a incerteza radical que existe quanto ao conjunto real de possibilidades.

“(…) onde já houver forte ocupação, os projetos formulados tendem a ser desenvolvidos em termos de linhas de ação do plano de gestão ambiental ou como propostas de alteração em atividades econômicas existentes. Por sua vez, em áreas de baixa ocupação antrópica, o

---

precarização dos serviços públicos em geral, piora nas condições de vida da população migrante, etc.

objeto de análise sócio-econômica tende a se identificar com empreendimentos de uso projetado. (...) O procedimento será avaliar dois cenários: 'com' e 'sem' o projeto. Dito de outro modo, trata-se de comparar, conforme o caso, como seria na presença e na ausência da linha de ação; como seria com o projeto/atividade em sua forma original e com a modificação proposta; ou finalmente, como seria sem e com a existência do próprio projeto/atividade. Se existirem alternativas, a comparação continuará sendo entre seus correspondentes resultados no cotejo entre 'com' e 'sem'" (QUADROS & CANUTO, 1997, pp. CC-DD).

Se forem incluídas as possibilidades técnicas de prevenção de danos, a discussão acima ainda pode ser enriquecida com novas opções de "com" e "sem" projetos e cenários. No que cabe às decorrentes mudanças qualitativas no ambiente, é correto considerar dois casos não-excludentes, quais sejam: os que cumprem os padrões ecológicos determinados anteriormente – manutenção da qualidade do ar e da água, preservação de áreas protegidas – e os que não atingem padrões rigidamente proibitivos – alterações de paisagem, poluição sonora, entre outros. Enquanto em relação aos primeiros a capacidade de suporte é prioritária e dificilmente negociável, nos últimos a solução pode ser discutida de forma a permitir a manifestação dos diversos setores participantes.

A forma de atuação da autoridade ambiental deve levar em conta que o ponto de vista é decisivo na gestão ambiental, já que há muitos conflitos possíveis. A criação de grandes empreendimentos, por exemplo, além de afetar significativamente o meio positiva ou negativamente, pode gerar empregos diretos ao mesmo tempo em que destrói outros. Pesca artesanal versus industrial, grandes hipermercados versus pequeno comércio local: o benefício aqui pode ser

considerado como um custo evitado na análise pública de custos-benefícios<sup>52</sup>. O balanço disto, em benefício da totalidade da comunidade, só pode ser dado por uma ótica público-democrática em que todas as principais questões estejam cristalinas, tal como no método apresentado.

A utilização deste tipo de avaliação deve evitar um erro comum nas avaliações correntes que consideram os empreendimentos em separado, incorrendo num “incementalismo” perverso. Isto é visível, por exemplo, nas proximidades da Rodovia dos Bandeirantes, onde se localizam dois parques temáticos. A aprovação em separado de diversos projetos permitiu que fossem aprovados 18 diferentes empreendimentos naquele mesmo sítio, o que inviabilizará o trânsito local e o abastecimento de água das regiões de Campinas e da Grande São Paulo, só para ficar nos dois impactos mais visíveis. Por isso, deve-se realizar um inventário dos impactos que mensure e identifique como as atividades de uso econômico dos recursos serão afetadas, devendo compreender, segundo QUADROS & CANUTO (1997):

- “mudanças físicas em processos produtivos no sítio e fora deste: quais são os usos econômicos de recursos que são afetados e em quanto fisicamente? Se há consumo de capacidade ambiental, quais são os níveis de produção futura obteníveis mediante manutenção dessa capacidade e que estariam sacrificados com tal consumo? Evidentemente, a definição do horizonte temporal da análise demarcará a extensão temporal dos impactos físicos abordados;
- impactos sobre a qualidade ambiental, não mensuráveis, como efeitos sobre a produtividade física de recursos costeiros (sobre o habitat, qualidade da água e do ar, sobre a saúde e/ou sobre atividades de recreação); e

---

<sup>52</sup> “By establishing or maintaining a protected area, these costs can be avoided and can be viewed as benefits. There is no difference between a cost avoided and a benefit received except the perspective from which the impact is viewed (DIXON & SHERMAN, 1990, p. 41).

- as possibilidades de prevenção de danos, reposição e/ou realocação de recursos a serem consideradas (pp. DD-EE).

#### 3.3.4 Os Impactos Sociais

Os impactos sociais de determinado projeto ou empreendimento devem ser inventariados para que se possam perceber tanto os impactos diretos como os indiretos. Ele precisa conter os efeitos :

1. dinâmicos sobre a renda, emprego e ocupação da população local;
2. sobre as atividades de subsistência;
3. sobre a saúde pública;
4. sobre as condições de locomoção e
5. sobre as fontes públicas de lazer e entretenimento.

Agora, deve-se elucidar o que exatamente deve ser feito em cada um do itens supracitados. Com relação ao primeiro, dimensionam-se não só a capacidade de geração de empregos diretos e indiretos, trabalhos autônomos, pequenos negócios e ocupações temporárias como também as variações provocadas nos imóveis do entorno. Isto é feito através da montagem da estrutura ocupacional e salarial do emprego direto da empresa e da possível demanda de trabalhadores autônomos, pequenos negócios (insumos e/ou serviços relativos ao empreendimento) e dos empregos indiretos gerados nas outras atividades econômicas. A valorização imobiliária deve ser verificada através de uma análise da evolução dos preços do metro quadrado antes e depois do projeto, tanto dos terrenos como das áreas construídas nas adjacências.

Os impactos sobre as atividades de subsistência devem indicar o que acontece às comunidades tradicionais e às suas formas de subsistência, medindo-se a população atingida diretamente e a produção afetada, passando em seguida à proposição de possíveis medidas compensatórias. Busca-se, desta forma,

dimensionar o efeito de determinado empreendimento sobre as pessoas do local, sua renda e suas atividades produtivas. Quanto às medidas compensatórias,

“um tratamento mais restrito da questão, por exemplo, tomaria o salário mínimo legal como referência e adotaria o percentual da produção sacrificada como indenização aos trabalhadores diretamente afetados, até a sua aposentadoria ou enquanto perdurar a situação de restrição. Por seu turno, uma abordagem mais ampla poderia incorporar, também, a ameaça de desagregação social, através da atenção à educação e saúde, bem como da busca de alternativas de geração de emprego e renda” (QUADROS & CANUTO, 1997, pp. II-JJ).

Em relação à saúde pública, devem-se identificar e medir os efeitos sobre os diversos recursos vitais à vida humana, tais como a água, o ar, a terra, a poluição sonora, etc. As soluções para a degradação dos recursos advêm da determinação dos custos envolvidos na recuperação e/ou reparação dos ditos recursos, nas linhas da técnica de efetividade de custos.

No que concerne aos impactos sobre as condições de locomoção, é preciso ater-se à dimensão social do fenômeno e “os principais aspectos a serem observados são as alterações no tempo de viagem, nas condições de segurança, no número e segmentação social das pessoas atingidas” (QUADROS & CANUTO, 1997, p. JJ). O importante aqui é a qualidade de vida dos envolvidos.

Para finalizar, deve-se dimensionar os impactos oriundos da restrição ou proibição do uso das fontes livres de lazer e entretenimento para a população. Os casos em que esses impactos se tornam mais evidente são a privatização e/ou a contaminação e/ou a destruição de praias, lagoas, logradouros bucólicos etc. Deve-se começar por quantificar e segmentar a população afetada. A partir disto, pode-se determinar quais são as medidas compensatórias para eliminar as causas do problema ou até a permissão para o dado dano.

Após tudo isto, pode ser feito um parecer conclusivo sobre o grau de atratividade social do empreendimento em questão.

### *3.3.5 Os Impactos nas Finanças Públicas*

Posto isso, o próximo passo será a realização de um inventário sobre o que acontecerá com as finanças públicas. Um possível início é a avaliação das receitas potenciais associadas ao empreendimento, sem considerar qualquer isenção tributária. A arrecadação tributária potencial também deve ser contrastada àquela que se verificará na realidade. É fundamental que se faça esta comparação para se estimar a possível sonegação e as dificuldades arrecadatórias. Este estudo deve ser feito em diferentes níveis, de acordo com a divisão arrecadativa e de responsabilidades, a saber, federal, estadual e municipal. Para completar esta parte do estudo, tais impactos devem ser visualizados no período de implantação e também no período de funcionamento regular, visto que tais períodos são diferentes.

Agora, feita a descrição completa do lado das receitas, passa-se ao lado dos gastos e transferências. Os principais aspectos a serem considerados podem ser divididos em renúncias fiscais, subsídios e provisão de infra-estrutura econômica e social. Em relação ao primeiro, identificam-se e quantificam-se as isenções concedidas, compromissadas e pleiteadas, por tipo de tributo e por nível de governo. Os subsídios também precisam ser definidos e mensurados, particularmente no que concerne aos subsídios implícitos na utilização de linhas de crédito favorecido.

Já a infra-estrutura econômica busca mostrar quais são as pressões sobre os gastos públicos decorrentes do projeto, notadamente os ligados aos serviços públicos tais como redes de energia elétrica, portos, redes de água e esgoto, estradas, aeroportos, etc. Os serviços existentes são suficientes ou são necessários

novos investimentos? Se necessárias novas inversões, elas podem ter um uso mais geral? Estas são questões que precisam ficar claras neste ponto do estudo.

Resta ainda falar sobre a infra-estrutura social e as diretrizes de política da área: é preciso verificar o impacto sobre a oferta de saneamento básico, saúde, educação, segurança, etc. De certa forma este ponto se mistura com o supracitado, mas aqui a ênfase é num outro tipo de gasto e oferta de bens públicos. Questões relevantes aqui dizem respeito à necessidade de: aumento de vagas em escolas e creches, maior provimento de médicos e postos de saúde, aumento do policiamento na área, entre outras.

Para terminar este inventário, dados os passos anteriores, é válido ainda ter em conta uma avaliação a respeito do papel estratégico do empreendimento tanto a nível nacional quanto regional. Feito isto, pode-se determinar o grau de atratividade do projeto sobre as finanças públicas.

### *3.3.6 Mensuração da Capacidade de Suporte Econômico às Providências Físico-Naturais e Sociais*

Aqui o importante é a percepção a respeito do dinamismo econômico do empreendimento ou da política a ser implementada. Isto é essencial para que se possa medir a capacidade de fornecimento de um suporte adequado às necessidades físico-naturais e sociais.

“Ter-se-á, previamente a esta etapa (...), adaptado o projeto, quando assim for o caso, para que este dê conta de modificações propostas ao longo da avaliação físico-natural e social. Caso esta condição de sustentabilidade não se configure, o projeto se caracteriza como predador, seja do ponto de vista físico-natural, seja do social, ou de ambos, simultaneamente” (QUADROS & CANUTO, 1997, p. LL).

Então, o que se pretende aqui é elucidar o grau de dinamismo econômico e a capacidade de suporte. O grau de dinamismo é referente tanto aos impactos

diretos como aos indiretos, desde que passíveis de mensuração. Dessa feita, deve ser abrangida a dinâmica da geração de emprego e renda, ou seja, o impacto sobre o consumo de mercadorias e serviços oriundos do aumento da massa salarial introduzida na economia.

Estes mesmos impactos precisam ser vistos também por um outro ângulo, qual seja, o dos impactos sobre o faturamento e os lucros dos fornecedores de mercadorias e serviços. Cabe também aqui a visualização da movimentação bancária gerada e dos ganhos e lucros associados assim como os impactos sobre os valores das propriedades afetadas – terrenos, casas, prédios etc. Para fechar a questão do grau de dinamismo, verifica-se o incremento ou diminuição dos custos provenientes das melhorias nas vias de transporte, abastecimento, fornecimento de água e energia elétrica, entre outros.

Falta ainda delimitar quais as vantagens e desvantagens oriundas da atenção dedicada aos recursos físico-naturais vis-à-vis as compensações sociais com os recursos passíveis de serem extraídos do empreendimento e por suas atividades correlatas e por ele induzidas. Trata-se do suporte proporcionado direta ou indiretamente.

O suporte direto é o advindo dos encargos assumidos diretamente pelo empreendimento, via investimentos não previstos e/ou custos adicionais, impactando a rentabilidade projetada *a priori*. Já o suporte induzido se refere ao provido pelos demais beneficiários do empreendimento, considerando-se, principalmente, os mais relevantes, concentrados e organizados. É bom que se diga que este tipo de suporte requer negociações quiçá bastante complexas, requerendo a mediação estatal para dirimir os conflitos.

### *3.3.7 Avaliação Geral do Projeto*

Tal como já foi explicitado anteriormente, este método é interativo e deve funcionar através de seguidas rodadas de aplicação. Ao fim de cada uma delas deverá haver:

1. um inventário dos impactos sobre o meio biofísico;
2. uma avaliação da atratividade econômica do projeto que inclua os impactos econômicos e ambientais sob uma ótica pública;
3. uma definição do grau de atratividade social do projeto contendo como anexo as possíveis medidas compensatórias;
4. uma mensuração dos impactos sobre as finanças públicas;
5. uma medida da capacidade de absorção econômica, por parte do empreendimento, das modificações propostas, quando for necessário.

A aplicação do método não precisa seguir uma ordem estrita, ela pode ser modificada já que os agentes podem voltar a qualquer etapa anterior sem prejuízo algum sobre a análise em curso. A inclusão de novas variáveis ou aspectos depende da anuência dos atores e de suas negociações, desde que as mesmas não tenham sido contempladas por serem, de certo modo, supérfluas. O importante é que se caminhe na direção dos objetivos propostos pela autoridade ambiental. A própria ponderação a ser dada aos diferentes tópicos deve surgir da negociação realizada, o que já foi considerado uma das vantagens deste método, isto é, sua grande maleabilidade às demandas de uma sociedade democrática.

## Conclusões

As questões ambientais se tornaram extremamente importantes neste final de século e milênio pois a devastação ambiental – que já vinha há muito – intensificou-se e passou a incomodar a população dos países ricos com cânceres de pele, lixo, rios mortos etc. Para sanar o problema, no campo da teoria econômica, surgem as proposições neoclássicas que apresentam soluções via mercado. As soluções via mercado, necessariamente, impõem a utilização de técnicas de valoração monetária ambiental para que seja possível a utilização de mecanismos de mercado.

Entretanto, a ênfase nos mecanismos mercantis deixa muito a desejar, ao desconsiderar fatores importantes como o meio biofísico, as finanças públicas e o social. Além disso, há problemas significativos nos supostos que dão sustentação à valoração monetária: a simulação de mercado é contestável, o conceito de sociedade é extremamente excludente e seus resultados são muito contingenciais. Outros pontos criticáveis são a utilização de uma microeconomia estática e uma segmentação muito rígida e reducionista do todo social. O próprio mercado é muito pouco entendido, já que ele cria continuamente assimetrias, possuindo uma tendência intrínseca a concentrar poder e renda.

Partindo-se da discussão da ideologia, fica claro que “toda proposição é ideológica” (Marx). A possível crítica da visão técnica neoclássica ao exposto é devidamente refutada, já que, por bem ou por mal, todos possuem um viés. Mas, ao expô-lo com clareza, é mais fácil perceber as consequências de determinada posição. No caso neoclássico, a pequena percepção dos malefícios que ela pode impingir mostra a crença na velha lenda dos “vícios privados, benefícios públicos”.

Ao se introduzir a visão de Taylor, pode-se perceber que existem três fontes morais que fundamentam a vida e as teorias para os homens, principalmente os ocidentais: a teísta judeu-cristã, a utilitarista e a romântico-expressivista. A análise mais detida da situação delas hoje mostra a crescente dominação exercida pelo utilitarismo, que apoiando-se na racionalidade dos meios submete as outras ao seu reducionismo lógico.

O avanço do utilitarismo ocorre simultaneamente ao do capitalismo, já que ambos se apoiam mutuamente, mercantilizando progressivamente a vida humana e depauperando todas as qualidades sensíveis das coisas, da sociedade e da natureza em prol de um quantitativismo cego e sem direção. O aumento da concorrência em todos os níveis e da predação da natureza são decorrências lógicas da crescente mercantilização. Os efeitos sobre os seres humanos e sobre a natureza são perversos pois nada mais importa, só mais e mais dinheiro.

Enfim, é a supremacia da lógica do capitalismo, bem expressa por Mészáros: o capitalismo é orientado para a expansão e dirigido pela acumulação. Possui uma lógica cega e sem direção, que não está controlada por nenhuma instância humana e que não possui nenhuma intenção civilizatória ou de aumento do bem-estar ou da qualidade de vida da humanidade, só geração de mais e mais capital.

A percepção deste automovimento descontrolado é importante para que se pense em impor barreiras que impeçam esta devastação sem sentido. Um movimento análogo de contenção do capitalismo ocorreu no pós-Guerras Mundiais, já que a devastação e o esforço de guerra deixaram um enorme rastro de destruição na Europa, que vinha de um período ultra-liberal. A insatisfação social impeliu um movimento de criação de barreiras à lógica destrutiva, as conhecidas “redes de proteção social” dos Estados de Bem-Estar Social.

As redes de proteção social permitiram um longo período de prosperidade nos países centrais do capitalismo, algo jamais visto na história da humanidade.

Foram anos de crescimento econômico e evolução social. As políticas de proteção ambiental de Comando & Controle são tributárias destas políticas sociais dos países desenvolvidos. Elas partem do mesmo tipo de raciocínio e são muito mais efetivas na preservação do meio biofísico.

A alternativa aqui proposta se baseia na utilização de Políticas de Comando & Controle formuladas democraticamente associadas a análises de efetividade de custos que prescindem da valoração contingente. A efetividade de custos procura, inicialmente, identificar as diversas alternativas possíveis de utilização de determinado recurso ambiental que coadunem com a legislação ambiental. Postas as alternativas, escolhe-se a que possui o custo mínimo.

Devem-se ainda adicionar a este novo enfoque econômico as visões a respeito da situação ecológica, do impacto social e do impacto sobre as finanças públicas. O abandono da valoração monetária ambiental e a utilização de diferentes óticas permitem uma avaliação mais verossímil da situação, propiciando um debate democrático e qualificado. Esta é a melhor forma de se tratar de algo que pertence a todos e que pode ser danificado irreversivelmente ou simplesmente acabar.

Esta dissertação ainda poderia, para ficar mais completa, incluir estudos de caso para operacionalizar mais o método defendido e/ou para desconstruir e mostrar os problemas e equívocos da análise neoclássica. Os ditos estudos de caso estavam presentes na concepção original desta dissertação mas, por motivos de força maior, não puderam ser realizados. Então, optou-se por uma abordagem teórica que marcou a minha entrada numa área do conhecimento até então desconhecida. Pode-se dizer que este foi o ponto de partida para futuros novos estudos.

Tais novos estudos devem seguir uma linha diferente, entretanto. Os estudos de caso podem ser considerados como o nível micro de análise, que corre

sempre o risco de cair no “localismo”, ou seja, nas soluções locais que criam “ilhas de prosperidade em meio a um mar de miséria”. Este tipo de solução é muito efêmera, pois a prosperidade de um local acaba por atrair um fluxo migratório que, sem sombra de dúvida, colocará uma considerável gama de problemas para o dito local. E assim sucessivamente. Por isso a opção pelo nível macro nos estudos futuros. As verdadeiras soluções estão numa política mais geral, que crie um ambiente de harmonia entre a sociedade, o Estado e a economia.

Mas a consecução deste objetivo maior, de harmonia criada à la Myrdal depende muito da união dos que se preocupam com os efeitos deletérios do capitalismo, tanto sociais como ambientais. No fundo, a luta de ambos é contra o comportamento predatório. E os ambientalistas precisam ser dar conta de que as soluções para os problemas ecológicos do mundo de hoje não são estritamente econômicas. A adoção dos mecanismos de mercado como *deus ex-macchina* para os problemas ambientais é falaciosa: não é tomando mais veneno que nos curaremos. A não ser que se considere a morte, isto é, o fim da vida humana na Terra, como solução.

## Bibliografia

AGÜERO, Max. *"Valoracion Social y Económico de los Manglares."* In: Faro, setembro de 1994.

AGÜERO, Max & XIMENA FLORES. *"Valuation Concepts and Techniques with Application to Coastal Resources."* In: CRUZ-TRINIDAD, Anabelle. *"Valuation of Tropical Coastal Resources: Theory and Application of Linear Programming."* Santiago: ICLARM, 1996.

ALMEIDA, Luciana T. de. *"Instrumentos de Política Ambiental: Debate e Experiência Internacional. Questões para o Brasil."* Dissertação de Mestrado: IE/UNICAMP, 1994.

AMAZONAS, Maurício. *"Economia do Meio Ambiente: Uma Análise da Abordagem Neoclássica a partir de Marcos Evolucionistas e Institucionalistas."* Dissertação de Mestrado: IE/UNICAMP, novembro de 1994.

ANTUNES, Davi J. N. *"Mudanças Econômicas e Inserção no Mercado de Trabalho: Um Estudo sobre as Expectativas dos Universitários Campineiros dos Anos 90."* Monografia de Graduação: IE/UNICAMP, dezembro de 1997.

BAUDRILLARD, Jean. *"A Sociedade do Consumo."* Lisboa: Edições 70, 1995.

BELLUZZO, Luiz G. M. *"Império"*. Folha de São Paulo, 17 de Dezembro de 2000.

CAVALCANTI, Clóvis. *"Condicionantes Biofísicos da Economia e Suas Implicações Quanto à Noção do Desenvolvimento Sustentável."* In: ROMEIRO, Ademar; REYDON, Bastiaan P. & LEONARDI, Maria L. A. *"Economia do Meio Ambiente: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços Regionais."* Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

COASE, Ronald. *"The Problem of Social Cost."* In: Journal of Law and Economics, vol.3, 1960.

CONSTANZA, Robert; DALY, Herman; FOLKE, Carl; HAWKEN, Paul; HOLLING, C. S.; McMICHAEL, Anthony J.; PIMENTEL, David & RAPPORT, David. *"Managing our Environmental Portfolio."* In: BioScience, vol. 50, n. 02, fevereiro de 2000.

COSTA, Jurandir F. *"Violência e Psicanálise."* Rio de Janeiro: Graal, 1984.

COSTA, Jurandir F. *"Narcisismo em Tempos Sombrios."* In: FERNANDES, Heloísa. *"Tempo do Desejo – Psicanálise e Sociologia."* São Paulo: Brasiliense, 1989.

DALY, Herman. *"Carrying Capacity and Ecological Economics – Reply."* In: BioScience, vol. 45, n.09, outubro de 1995.

DIXON, John A.; CARPENTER, Richard A.; FALLON, Louise A.; SHERMAN, Paul B.; MANOPIMOKE, Supachit. *"Economic Analysis of the Environmental Impacts of Development Projects."* Londres: Earthscan Publications Limited, 1988.

DIXON, John A. & Sherman, Paul B. *"Economic of Protected Areas – A New Look at Benefits and Costs."* Londres: Earthscan Publications Limited, 1990.

DOBB, Maurice. *"Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith."* São Paulo: Martins Fontes, 1977.

DOSI, Giovanni & ORSENIGO, Luigi. *"Coordination and Transformation: an Overview of Structures, Behaviours and Change in Evolutionary Environments."* In: DOSI, Giovanni; FREEMAN, Christopher; NELSON, Richard; SILVERBERG, Gerald & SOETE, Luc. *"Technical Change and Economic Theory."* Londres: Pinter Publishers, 1988.

DOSI, Giovanni & EGIDI, Massimo. *"Substantive and Procedural Uncertainty: An Exploration of Economic Behaviours in Complex and Changing Environments."* Journal of Evolutionary Economics, Springer-Verlag 1991.

ELIAS, Nobert. *“O Processo Civilizador – Vol. 2: Formação do Estado e Civilização.”* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FREUD, Sigmund. *“O Mal-Estar na Civilização.”* São Paulo: Imago, 1931.

GEORGE, Susan. *“The Lugano Report: On Preserving Capitalism in the Twenty-first Century.”* Londres: Pluto Press, 1999.

GURRIERI, Adolfo. *“Vigencia del Estado Planificador en la Crisis Actual.”* In: Revista de la CEPAL, n.31, abril de 1987.

HALÉVY, Elie. *“The Growth of Philosophic Radicalism.”* Boston: Beacon Press, 1955.

HALL, R. L. & HITCH, C. J. *“Price Theory and Business Behaviour.”* Oxford Economic Papers n.2, maio de 1939.

HAYEK, Friedrich A. *“A Ficção do Conhecimento.”* In: CANEIRO, Ricardo. *“Os Clássicos da Economia.”* São Paulo: Ática, 1997.

HOBSBAWN, Eric J. *“A Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991.”* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JANNUZZI, Gilberto de M. *“A Política Energética e o Meio Ambiente: Instrumentos de Mercado e Regulação.”* In: ROMEIRO, Ademar; REYDON, Bastiaan P. & LEONARDI, Maria L. A. *“Economia do Meio Ambiente: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços Regionais.”* Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

KALDOR, Nicholas. *“Market Imperfection and Excess of Capacity.”* In: Economica, fevereiro de 1935.

KURZ, Robert. *“O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial.”* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KURZ, Robert. *“Totalitarismo Econômico.”* In: Folha de São Paulo, 22 de agosto de 1999.

KURZ, Robert. *“Filosofia como Farsa.”* In: Folha de São Paulo, 09 de julho de 2000.

KURZ, Robert. et alii. *"Manifesto Contra o Trabalho"*. Página na Internet do grupo Krisis ([www.krisis.org](http://www.krisis.org)), 2000.

LESSA, Carlos F. T. M. R. de. *"O Conceito de Política Econômica; Ciência e/ou Ideologia?"* Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998 (30 Anos de Economia – Unicamp, 7).

MARQUES, João F. & COMUNE, Antônio E. *"A Teoria Neoclássica e a Valoração Ambiental."* In: ROMEIRO, Ademar; REYDON, Bastiaan P. & LEONARDI, Maria L. A. *"Economia do Meio Ambiente: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços Regionais."* Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

MARX, Karl F. *"O Capital – Crítica da Economia Política."* São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MAY, Peter. *"Economia Ecológica e o Desenvolvimento Equitativo no Brasil."* In: MAY, Peter. *"Economia Ecológica: Aplicações no Brasil."* Rio de Janeiro: Campus, 1995.

MAY, Peter. *"Avaliação Integrada da Economia do Meio Ambiente: Propostas Conceituais e Metodológicas."* In: ROMEIRO, Ademar; REYDON, Bastiaan P. & LEONARDI, Maria L. A. *"Economia do Meio Ambiente: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços Regionais."* Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

MELLO, João M. de C. & NOVAIS, Fernando. *"Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna."* In: SCHWARCZ, Lilia M. *"História da Vida Privada no Brasil."* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MÉSZÁROS, István. *"Beyond Capital."* Londres: Merlin Press, 1995.

MÉSZÁROS, István. *"The Uncontrollability of Globalizing Capital."* In: Monthly Review: An Independent Socialist Magazine, vol. 49(9), fevereiro de 1998.

MÉSZÁROS, István. *"The Need for a Radical Alternative: Interview with István Mészáros."* In: Monthly Review: An Independent Socialist Magazine, vol. 51(8), janeiro de 2000.

MOTTA, Ronaldo S. *“Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais.”* Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998.

MYRDAL, Gunnar. *“Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.”* Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

MYRDAL, Gunnar. *“El Estado del Futuro.”* Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

PEARCE, David W. & TURNER, R. Kerry. *“Economics of Natural Resources and the Environment.”* Londres: Harvester Wheatsheaf, 1990.

POLANYI, Karl. *“A Grande Transformação.”* Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POSSAS, Mário L. *“Estruturas de Mercado em Oligopólio.”* São Paulo: Hucitec, 1990.

QUADROS, Waldir J. de. *“O ‘Milagre Brasileiro’ e a Expansão da Nova Classe Média.”* Tese de Doutorado: IE/UNICAMP, 1991.

QUADROS, Waldir J. de & CANUTO, Otaviano. *“Roteiro de Análise Econômica para o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro.”* Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

RICÚPERO, Rubens. *“Ansiedade”.* Folha de São Paulo, 14 de maio de 2000.

ROBINSON, Joan. *“Imperfection Competition Revisited.”* Economic Journal, setembro de 1953.

ROMEIRO, Ademar. *“Desenvolvimento Sustentável e Mudança Institucional: Notas Preliminares.”* Texto para Discussão n. 68, IE/UNICAMP: Campinas, abril de 1999.

ROMEIRO, Ademar; REYDON, Bastiaan P. & LEONARDI, Maria L. A. *“Apresentação.”* In: ROMEIRO, Ademar; REYDON, Bastiaan P. & LEONARDI, Maria L. A. *“Economia do Meio Ambiente: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços Regionais.”* Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

ROMEIRO, Ademar & SALLES FILHO, Sergio. *“Dinâmica de Inovações sob Restrição Ambiental.”* In: ROMEIRO, Ademar; REYDON, Bastiaan P. & LEONARDI, Maria L. A. *“Economia do Meio Ambiente: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços Regionais.”* Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

SACHS, Ignacy. *“Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente.”* São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SACHS, Ignacy. *“Prefácio.”* In: ROMEIRO, Ademar; REYDON, Bastiaan P. & LEONARDI, Maria L. A. *“Economia do Meio Ambiente: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços Regionais.”* Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

SAGOFF, Mark. *“Carrying Capacity and Ecological Economics – Comment.”* In: BioScience, vol. 45, n. 09, outubro de 1995.

SHLEIFER, Andrei & VISHNY, Robert W. *“The Politics of Market Socialism.”* In: Journal of Economic Perspectives, Vol. 8 Issue 2, primavera de 94.

SIMMEL, Georg. *“A Chapter in the History of Value.”* In: American Journal of Sociology, vol. 05, 1900.

SIMON, Herbert. *“From Substantive to Procedural Rationality.”* In: SIMON, Robert A. *“Models of Bounded Rationality Vol.2: Behavioral Economics and Business Organization.”* Cambridge: MIT Press, 1982.

SOUZA JÚNIOR, José de A. *“Globalização, Indústria de Eletricidade e Desenvolvimento Sustentável.”* In: ROMEIRO, Ademar; REYDON, Bastiaan P. & LEONARDI, Maria L. A. *“Economia do Meio Ambiente: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços Regionais.”* Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

SRAFFA, Piero. *“The Laws of Return under Competitive Conditions.”* Economic Journal, vol. XXXVI.

TAYLOR, Charles. *“As Fontes do Self.”* São Paulo: Loyola, 1997.

VARIAN, Hal R. *“Microeconomia.”* Rio de Janeiro: Campus, 1994.